



# Relatório de Gestão - CPRH

2011 - 2014



**CPRH** Agência  
Estadual de  
Meio Ambiente

**Copyright © 2014 by CPRH**

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida, nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização de seu representante legal.

**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

João Lyra Neto – Governador

Carlos André Cavalcanti - Secretário de Sustentabilidade e Meio Ambiente

Hélvio Polito Lopes Filho - Secretário Executivo de Sustentabilidade e Meio Ambiente

**AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CPRH**

Paulo Teixeira de Farias- Diretor Presidente

Nelson José Maricevich - Diretor de Gestão Territorial e Recursos Hídricos

Waldecy Ferreira Farias Filho - Diretor de Controle de Fontes Poluidoras

Paulo Camaroti – Diretor Técnico Ambiental

Cinthia Renata Lima - Diretora de Recursos Florestais e Biodiversidade

Rua Santana, 367, Casa Forte – Recife - PE – CEP: 52.060-460

Telefone: (81) 3182-8800 - Fax: (81) 3441-6088

[www.cprh.pe.gov.br](http://www.cprh.pe.gov.br) [cprhacs@cprh.pe.gov.br](mailto:cprhacs@cprh.pe.gov.br)

<http://www.facebook.com/CPRHPE>

Ouvidoria Ambiental: (81) 3182-8923 - [ouvidoriaambiental@cprh.pe.gov.br](mailto:ouvidoriaambiental@cprh.pe.gov.br)

**Texto**

Os textos e as informações contidas neste relatório são de responsabilidade das Diretorias, Coordenadorias, Núcleos, Ouvidoria e Unidades da CPRH.

**Edição**

Lucy Regina Costa

**Revisão**

Francicleide Palhano

Izabelyta Guerra

**Fotos**

Arquivo da CPRH

**Capa e Diagramação**

Silmara Rocha

**Tiragem**

300 exemplares

Este relatório foi impresso em papel proveniente de madeira de reflorestamento.

Relatório de Gestão - CPRH  
2011 - 2014

CPRH Agência  
Estadual de  
Meio Ambiente

Recife, 2014

# Sumário

<b>1. O Controle das Fontes Pluidoras no Estado de Pernambuco</b>	<b>07</b>
1.1 Programas de Monitoramento da Qualidade Ambiental no Estado de Pernambuco	07
1.2 Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Estado de Pernambuco	07
1.3 Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos - P2R2	08
<b>2.A Gestão dos Recursos Florestais e da Biodiversidade em Pernambuco</b>	<b>08</b>
2.1 Unidade de Desenvolvimento e Conservação Florestal - UCDF	08
2.2 Unidade de Controle e Monitoramento Florestal - UCMF	10
2.2.1 Materiais, equipamentos e veículos apreendidos	11
2.2.2 Emissão de documentos técnicos	12
2.3 Unidade de Gestão de Fauna - UGF	13
2.3.1 Setor de Licenciamento e Fiscalização de Fauna - SLFF	14
2.3.2 Setor de Triagem e Reabilitação de Fauna Silvestre - STRF	15
2.4 Unidade de Gestão de Unidades de Conservação - STRF	15
2.4.1 Principais atividades realizadas pela Unidade de Gestão de Unidades de Conservação - 2011 - 2014	16
2.4.1.1 Categorização das Reservas Escológicas	16
2.4.1.2 Criação de Unidades de Conservação	17
2.4.1.3 Redefinição da área de Unidades de Conservação	18
2.4.1.4 Conselho Gestor	18
2.4.1.5 Planos de Manejo	19
2.4.1.6 Estrutura física e de pessoal das Unidades	20
2.4.1.7 Editais, Convênios e Acordo de Cooperação Técnica	21
2.4.1.8 Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas	21
2.4.1.9 Núcleo de Comunicação Social e Educação Ambiental (NCSEA)	22
<b>3. Diretoria Técnica Ambiental - DTA: O Conhecimento Técnico à Serviço do Meio Ambiente</b>	<b>25</b>
3.1 Reestruturação da Diretoria Técnica Ambiental	25
3.1.1 Resultados	25
3.1.2 Definição da nova estrutura em três unidades	25
3.2 Implantação do Sistema de Informações Geoambientais - SIG Caburé	26
3.2.1 Conhecendo os futuros usuários do SIG Caburé	26
3.2.2 Capacitação e sensibilização na temática de SIG	27
3.2.3 Realização de visitas técnicas para apoiar o desenvolvimento do SIG Caburé	27
3.2.4 Campanha "De Olho no Caburé" com o objetivo de engajar os servidores no processo de construção do SIG Caburé	27
3.2.5 Definição da identidade visual definitiva do SIG Caburé	27
3.2.6 Lançamento de versão-teste do SIG Caburé	27
3.2.7 Resultados	29
3.3 Implementação do Plano de gestão e fomento à produção técnico-científica na CPRH	29
3.3.1 Pesquisa revela que funcionários demonstram vontade de desenvolver novos projetos com objetivo de melhorar as atividades da CPRH	29
3.3.2 Lançamento do site WikiProj, como ferramenta de apoio ao fomento e gestão de projetos	29
3.3.3 Resultados	30
3.4 Apoio a projetos diversos da Agência	31
3.4.1 O projeto básico de arquitetura do Polo Ambiental de Pernambuco	31
3.4.2 A natureza invade as salas da CPRH	32
3.5 Plano de Classificação de Documentos da CPRH e Tabela de Temporalidade	32

<b>4. Monitoramento, Fiscalização e Proteção da Gestão territorial e Recursos Hídricos:</b>	
<b>Diretoria de Gestão Territorial e Recursos Hídricos</b>	32
4.1 Programa de monitoramento da qualidade da água	32
4.2 Monitoramento das Bacias Hidrográficas do Estado de Pernambuco	33
4.3 Monitoramento dos Reservatórios e Mananciais	33
4.4 Monitoramento das Praias de Pernambuco	33
4.5 Projeto Orla	33
4.6 Licenciamento de Fontes de Energia Limpa	33
<b>5. A Coordenadoria de Gestão Ambiental da Agência Estadual de Meio Ambiente</b>	34
5.1 Recursos Humanos: promovendo melhorias para o corpo funcional da CPRH	34
5.1.2 Principais resultados da Unidade de Recursos Humanos	35
5.2 Unidade de Execução Orçamento Financeiro - UEOF	37
5.2.1 Principais destaques 2011-2014 - Principais indicadores e quantitativos no período	37
5.3 Unidade de Serviços Administrativos e Gerais - USAG	38
5.3.1 Setor de Transportes	38
5.3.2 Setor de Compras Patrimônio e Almoxarifado	39
5.3.3 Setor de Serviços	39
<b>6. Avaliação de impacto Ambiental</b>	39
6.1 Realização de análise de processos para definição da necessidade de Estudos Ambientais	40
6.2 Emissão de Termo de referência	40
6.3 Realização de Análise Expedida	40
6.4 Realização de Análise de Estudos Ambientais	40
6.5 Realização de Vistorias Técnicas	42
6.6 Participação em Audiências Públicas	42
6.7 Realização de Outras Atividades	42
6.8 Estrutura da Equipe	
<b>7. Comissão Permanente de Licitação (CPL)</b>	43
7.1 Destaques 2011-2014	43
<b>8. Comunicação Social e Educação Ambiental a serviço do meio ambiente</b>	45
8.1 Atendimento à imprensa	45
8.2 Novas Ambientais	46
8.3 Audiências Públicas	46
8.4 Contextualização e Interação como referência	47
8.5 Arte- Educação	48
8.5.1 Teatro Ambiental: arte e educação a serviço do meio ambiente	48
8.5.2 Contação de histórias: onde as ganham vida e ritmo	48
8.6 Atividade do Calendário Ambiental e Participação em Eventos	49
8.6.1 Semana da Água	49
8.6.2 Comemorações ao Dia Mundial do Meio Ambiente	49
8.6.3 Prêmio Vasconcelos Sobrinho	49
8.6.4 Flipporto	50
8.7 Educação Ambiental nas Unidades de Conservação	51
8.8 Verão Ambiental: essa é a nossa praia!	51
<b>9. Coordenadoria Jurídica</b>	52
9.1 Siliaweb	52
9.2 Acordos de cooperação técnica com os municípios	53
9.3 Termos de compromisso firmados	53
9.4 Expedição de licenças	53

9.5 Atendimento no protocolo	53
9.6 Quantidade de autuações lavradas pela CPRH e processadas na UAIA	54
<b>10. A Ouvidoria Ambiental</b>	<b>55</b>
10.1 Manifestações	55
10.2 Lei de Acesso à Informação	56
10.3 Demanda dos Órgãos Públicos	56
<b>11. Coordenadoria da Tecnologia da Informação</b>	<b>57</b>
11.1 Implantação, desenvolvimento e suporte do Siliweb	57
11.2 Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI	57
11.3 Aquisição de licenças de antivírus	58
11.4 Renovação do parque de computadores e notebooks com equipamentos alugados	58
11.5 Implantação Service Desk para atendimento de chamados de Suporte Técnico com o Consórcio Servtec	58
11.6 Módulo Queima Controlada	58
11.7 Sistema de Licenciamento Ambiental - Silia Desktop, para os municípios	58
11.8 Vistoria Técnica para melhoria na Infraestrutura da CPRH sede e anexos	59
11.9 Novo método de acompanhamento de desenvolvimento utilizando metodologias ágeis (Scrum/Kanban)	59
11.10 Mapeamento dos Processos de Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização	59
11.11 Módulo baixa automática de Autos de Infração - Sistema Silia	59
11.12 Novo layout do Portal Web CPRH	59
11.13 Módulo de Diárias - Sistema Silia	60
11.14 Migração dos dados do antigo Sistema SCP para o Sistema Silia	60
11.15 Informatização dos Formulários de Licenciamento	60
11.16 Integração Sistema Silia e Sistema Sig Caburé	60
11.17 Integração Portal Nacional de Licenciamento Ambiental e Sistema Silia CPRH	60
11.18 Melhorias na Rede da CPRH Sede, Anexos, Uigas e UC's	61
<b>12. Coordenadoria Técnica: principais ações 2011-2014</b>	<b>61</b>
12.1 Gestão para edificação do Pólo Ambiental	62
12.2 Monitoramento junto ao Governo, das Metas Prioritárias do Estado	62
12.3 Monitoramento junto às Diretorias das Metas Prioritárias Internas da CPRH	62
12.4 Programação Financeira	63
12.5 Plano Plurianual - PPA e Lei Orçamentária Anual - LOA	63
12.6 Programação Financeira e Gerenciamento dos Recursos	63
12.7 Apoio às Ações de Planejamento da CPRH e a Semas	63
12.7.1 Apoio à SEMAS	63
12.7.2 Fortalecimento da Estrutura Operacional da Unidade Integrada de Gestão Ambiental - UIGA com sede em Petrolina	63
12.7.3 Projeto Mapeamento das Áreas de Risco de Acidentes Ambientais com Produtos Químicos Perigosos na RMR - Complexo Industrial Portuário de Suape	64
12.7.4 Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar para o Complexo Portuário de Suape	64
<b>13. Câmara Técnica de Compensação Ambiental</b>	<b>64</b>
13.1 Reestruturação da CTCA	65
13.2 Assinatura e Regularização dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental	65
13.3 Lançamento de Editais para desenvolvimento de projetos em Unidade de Conservação do Estado de Pernambuco	65
13.4 Estratégias	65
13.5 Principais resultados 2011-2014	66
13.5.1 Assinatura e Regularização dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental	66
13.5.2 Projetos realizados com recursos de compensação ambiental	67

# Apresentação

Visando trazer à sociedade as ações desenvolvidas no âmbito do meio ambiente no Estado de Pernambuco, a Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH – apresenta o seu Relatório de Gestão 2011 a 2014, fruto do trabalho de seus técnicos em formular um documento sintetizador, que reflita as ações desta Agência visando compatibilizar as exigências de um desenvolvimento econômico, com qualidade social e desenvolvimento da qualidade ambiental. Dentre outras ações, a CPRH, por meio da Câmara Técnica de Compensação Ambiental, negociou recursos de aproximadamente R\$ 215 milhões, a título de compensação ambiental. Para efetivar a aplicação dos recursos nas Unidades de Conservação foi utilizada a metodologia de chamamento público para seleção de projetos, o que deu mais celeridade a execução das atividades planejadas como também favoreceu a participação de instituição sem fins lucrativos que desempenham ações de cunho ambiental.

A Diretoria de Gestão Territorial e Recursos Hídricos analisou, dentre outros, projetos para revestimentos de canais, perfuração de poços e construção de barragens de contenção e abastecimento, dragagens para novos estaleiros, dragagens/revitalização de rios, obras portuárias, mais de 1.300 km de sistemas adutor e ramal, equipamentos de mobilidade urbana, Arena Pernambuco, adequação de capacidade de rodovias e revitalização da malha viária do Estado, terraplenagem para distritos industriais, habitacionais, complexos industriais como fábrica da Fiat, fábrica de vidros planos e polo vidreiro, obras de prevenção do avanço do mar, parques eólicos e de energia heliotérmica-solar.

Com relação ao controle ambiental de atividades e empreendimentos industriais e de serviços, a Diretoria de Controle de Fontes Poluidoras analisou processos de licenciamento ambiental para instalação de novos empreendimentos, tais como polo petroquímico de Suape,

formado pela Refinaria Abreu e Lima do Nordeste e Petroquímica Suape; polo naval, formado pelos Estaleiros Atlântico Sul, Navalmare e Promar; e, a Fábrica da FIAT, maior complexo industrial automobilístico do Brasil. Para isto, a CPRH teve que desenvolver novas expertises, buscando parcerias junto a outros OEMA's, incluindo a Companhia de Tecnologia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.

Buscando executar a política florestal do Estado, a Diretoria de Recursos Florestais e Biodiversidade realizou o controle de exploração, transporte e consumo de produtos e subprodutos florestais, regularização ambiental e implantação do Cadastro Ambiental Rural - CAR, subsidiou o licenciamento ambiental desenvolvido pelas outras Diretorias da Agência, bem como cumprimento de passivos decorrentes de reposição florestal e compensação ambiental. Ademais, instituiu novas Unidades de Conservação da Natureza, incluindo a Mata da Pimenteira, em Serra Talhada, e Estação Ecológica Serra da Canoa, em Floresta, além de criar novos planos de manejo e conselhos gestores para as unidades já existentes.

Quanto à gestão de informações ambientais, a Diretoria Técnica Ambiental desenvolveu o Sistema de Informações Geoambientais de Pernambuco - SIG Caburé, trazendo uma série de funcionalidades que permitem a criação de mapas personalizados, a aquisição de informações de diversos temas ambientais, a realização de análises e a geração de relatórios técnicos. Numa mão dupla, o SIG Caburé apoia a tomada de decisões no âmbito do controle ambiental, ao mesmo tempo em que é alimentado pelas informações produzidas pelos projetos técnico-científicos fomentados, produzindo assim um círculo virtuoso na gestão da informação ambiental do Estado.

Este Relatório de Gestão tem aqui sua função de apresentar informações de forma transparente, ética e eficiente das ações desta Agência.

BOA LEITURA!





## 1. O Controle das Fontes Poluidoras no Estado de Pernambuco

No período de 2011 a 2014 as principais ações desenvolvidas pela Diretoria de Controle de Fontes Poluidoras, no que diz respeito ao monitoramento, fiscalização, prevenção e controle de atividades potencialmente poluidoras no Estado de Pernambuco:

### 1.1 Programa de Monitoramento da Qualidade Ambiental no Estado de Pernambuco

Foi implementada a Rede de Monitoramento da Qualidade das Águas, projeto desenvolvido em parceria com a Agência Nacional das Águas – ANA e que tem como objeto a implementação da rede estadual de monitoramento da qualidade das águas e determinação de vazão dos corpos hídricos do Estado de Pernambuco. O projeto prevê a construção de uma série histórica, com os dados de qualidade e vazão dos corpos hídricos, até o ano de 2020.

Implantou-se a Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar para o Complexo Industrial e Portuário de Suape – Projeto desenvolvido em parceria com a PETROBRAS/RNEST e que tem como objeto a instalação de uma rede automática de monitoramento da qualidade do ar para o Complexo Industrial e Portuário de Suape. A primeira estação de monitoramento entrou em operação em março de 2013 e está prevista a instalação de 03 estações, até o final de 2015.



Foto 1: 1ª Estação de Monitoramento do ar em Pernambuco.

### 1.2 Plano de Sustentabilidade Hídrica para o Estado de Pernambuco

O Plano de Sustentabilidade Hídrica para a Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe – é um projeto desenvolvido em parceria com a Secretaria Estadual de Infraestrutura, e tem como objeto ampliar o acesso à água, em qualidade e quantidade adequadas, e ao saneamento básico de forma sustentável no Estado de Pernambuco.

O Projeto prioriza investimentos na Bacia do Rio Capibaribe (principal rio estadual) e Região Metropolitana do Recife (40% da população do Estado), buscando a eficiência dos serviços de abastecimento de água e a implantação de serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários, visando à proteção dos principais mananciais destinados ao consumo humano.

Programa de Saneamento Ambiental do Rio Ipojuca (PSA/Ipojuca) – O projeto desenvolvimento é realizado em parceria com a Secretaria Estadual de Infraestrutura e tem como objeto promover o saneamento ambiental da bacia hidrográfica do Rio Ipojuca, por meio do aumento da cobertura de esgotamento sanitário e dos índices de tratamento de águas servidas e de melhorias socioambientais.



Foto 2: Oficina do PHSPE no município de Caruaru.

Um dos componentes do projeto contempla a sustentabilidade ambiental e social, o que inclui aprimorar e readequar o sistema de monitoramento da qualidade da água da bacia hidrográfica do Rio Ipojuca, realizado pela CPRH. Para tanto, dentre as atividades previstas nesta reestruturação, prevê-se a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade do laboratório da CPRH, visando a acreditação do mesmo, no escopo das análises laboratoriais do monitoramento.

### 1.3 Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos – P2R2

O Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos – P2R2, criado por meio do Decreto Presidencial 5.098/2004, apresenta como objetivos a prevenção de ocorrência de acidentes com produtos químicos perigosos e o aprimoramento do sistema de preparação e resposta a emergências químicas no País, cabendo o Ministério do Meio Ambiente (MMA) a sua coordenação. Nesta diretriz, o Governo de Pernambuco criou a Comissão Estadual do P2R2 (Decreto 35.604/10), delegando à CPRH a responsabilidade de coordená-la.



Foto 3: Assinatura do convênio para o desenvolvimento do P2R2.



Foto 4: Apresentação do P2R2 na primeira mostra de projetos científicos CPRH.

## 2 A Gestão dos Recursos Florestais e da Biodiversidade em Pernambuco

A Diretoria de Recursos Florestais e Biodiversidade desempenha suas funções no âmbito das unidades de conservação, fiscalização e monitoramento, tanto de recursos da flora quanto da fauna, no Estado de Pernambuco.

### 2.1 Unidade de Desenvolvimento e Conservação Florestal - UDCF

Os principais resultados nos últimos quatro anos podem ser observados nos gráficos a seguir.

Os gráficos 1, 2 e 3, apresentam as emissões das Autorizações de exploração de talhão, aprovação das áreas de Reserva Legal e Fiscalização/Autuação dos empreendimentos consumidores, exploradores, comercializadores e utilizadores de produtos florestais de origem nativa.

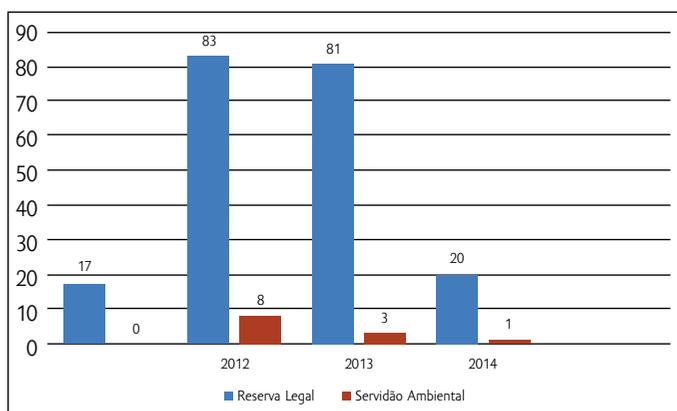


Gráfico 1: Processos de Reserva Legal e Servidão Ambiental atendidos por ano.

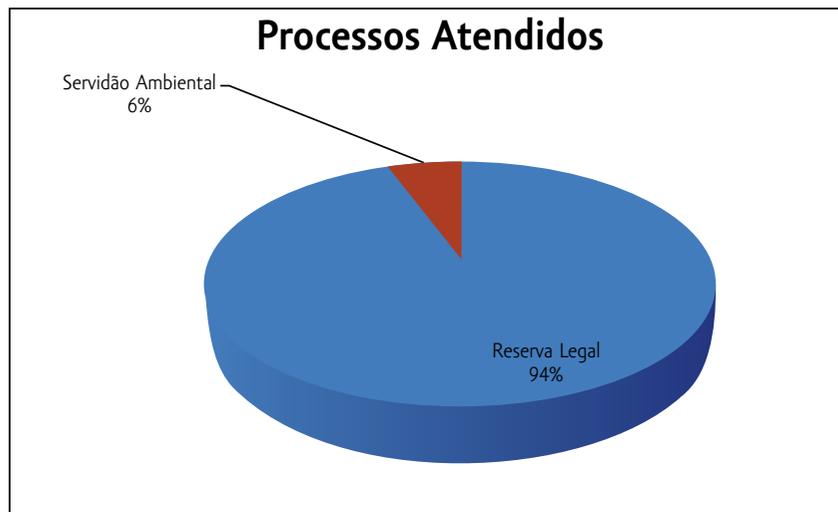


Gráfico 2: Distribuição dos processos de Reserva Legal e Servidão Ambiental atendidos.

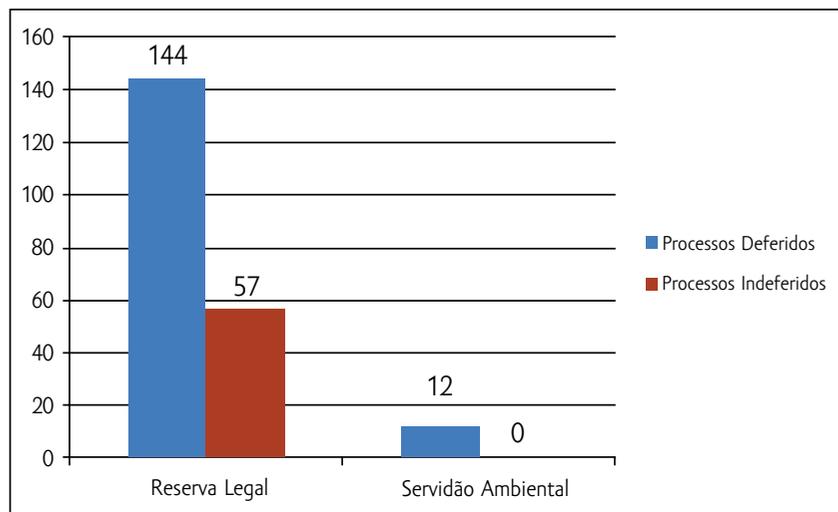


Gráfico 3: Levantamento de indeferimento de processos de reserva legal e servidão ambiental.

No período compreendido entre 2011 a 2014, a CPRH atendeu 213 processos de Autorização para aprovação da área de Reserva Legal e Servidão Ambiental, conforme apresentados nos gráficos, a seguir.

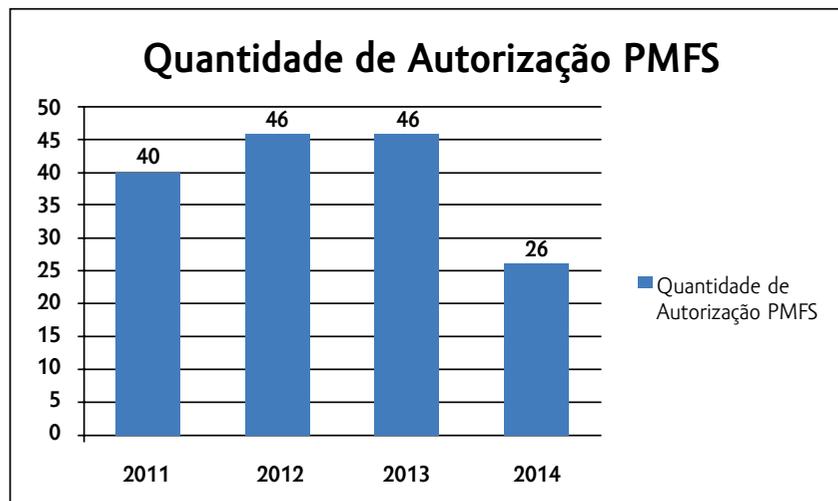


Gráfico 4: Distribuição das Autorizações para Exploração de Talhão vinculada ao manejo Florestal sustentável nos anos de 2011 a 2014.

Na Atividade de Manejo Florestal Sustentável, a CPRH emitiu 158 Autorizações para exploração do talhão, no período de 2011/2014, onde podemos observar que entre 2011 a 2012 houve inclusão de 06 áreas de exploração, seguindo sem acréscimo no período de 201/2013, com 46 áreas de exploração. Já no período de 2013/2014 houve decréscimo nas áreas devido à desistência da atividade, falha no período de exploração/solicitação, bem como, processos em análise da solicitação.

Nas atividades desenvolvidas pela UDCF, para análise e monitoramento, também é realizada a fiscalização dos empreendimentos. No período de 2011/2014 a atividade de fiscalização teve crescimento, devido à inclusão de ferramenta importante no sistema DOF, que facilitam a identificação de irregularidades, e mudanças de procedimentos executados em campo. No período compreendido entre 2011 a 2014 foram emitidos 80 autos de infração, em diversas atividades irregulares, conforme apresentados na tabela a seguir:

Atividade Irregular	ANO			
	2011	2012	2013	2014
Carvoejamento	01	02	-	-
Desmatamento	-	-	-	-
Descumprimento de TC	-	-	-	03
Fiscalização DOF	-	-	-	74

Tabela 1: Distribuição das autorizações para exploração de talhão vinculada ao manejo florestal sustentável nos anos de 2011 a 2014.

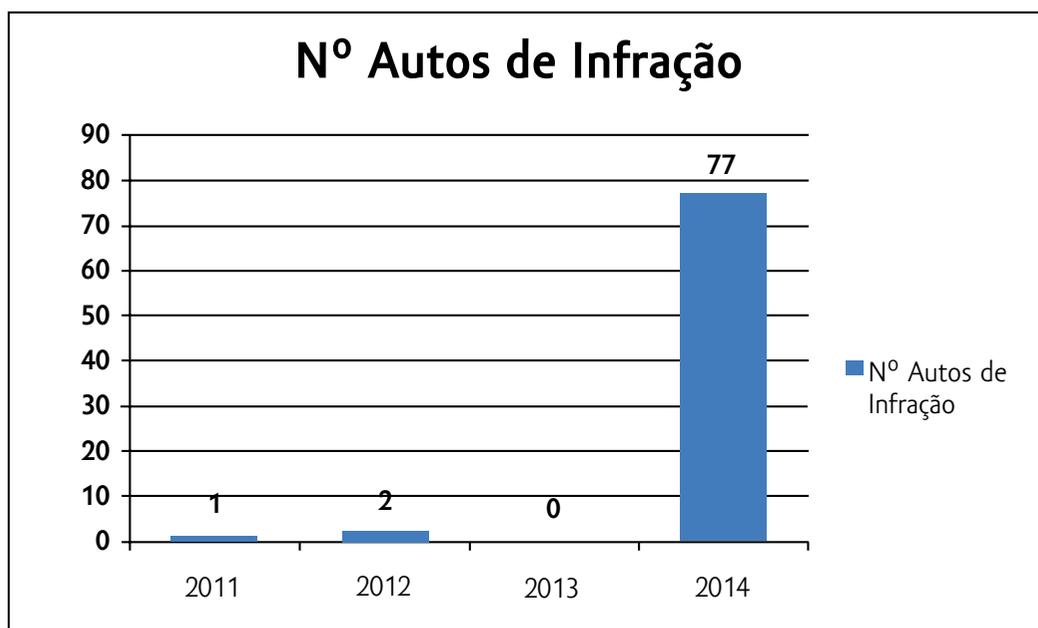


Gráfico 5: Autos de Infração emitidos no período de 2011/2014 distribuídas nas atividades.

## 2.2 Unidade de Controle e Monitoramento Florestal – UCMF

A Unidade de Controle e Monitoramento Florestal – UCMF, criada pelo Decreto Estadual nº 32.514/2008 e implementada em 2009, possui a competência legal de promover e coordenar a execução das atividades vinculadas ao licenciamento, fiscalização e monitoramento dos ecossistemas, visando

o disciplinamento do uso e o controle da cobertura vegetal do Estado. Possui dois setores, o Setor de Licenciamento e Monitoramento Florestal e o Setor de Fiscalização Florestal.

De janeiro a setembro de 2014 foram atendidos 1282 processos pela UCMF, numa proporção de cerca de 142 processos por mês. Considerando que a equipe possui apenas 6 analistas e 4 assistentes em gestão ambiental, proporcionalmente houve uma média de 23 processos analisados por mês, por analista.

O Setor de Licenciamento e Monitoramento Florestal atendeu a 310 processos, referentes a licenças prévias, de instalação e de operação, autorizações para supressão de vegetação, inclusive em APP, outras autorizações, bem como renovações, consultas prévias, solicitações de pareceres de outras instituições, como IBAMA e Ministérios Públicos Federal e Estadual, entre outros.

Os resultados obtidos pelo Setor de Fiscalização Florestal podem ser observados com a análise da Tabela 2, onde estão apresentados os processos atendidos (denúncias de outros órgãos, denúncias via G-COM, processos formados, recursos e defesas administrativas) ao longo dos anos desta gestão.

2011	2012	2013	2014
<b>450 processos</b>	591 processos	<b>317</b>	<b>150 até setembro</b>

Tabela 2: Processos atendidos pela Fiscalização Florestal nos anos de 2011 a 2014.

### 2.2.1 Materiais, equipamentos e veículos apreendidos

Os resultados obtidos pelo Setor de Fiscalização Florestal podem ser observados com a análise das Tabelas 3 e 4, e do Gráfico 6, onde estão detalhadas as apreensões realizadas.

Veículo/material/equipamento	Quantidade	Situação atual
<b>Caminhão</b>	27	26 Devolvidos 01 ainda apreendido
<b>Veículo de passeio utilizado no tráfico de animais silvestres</b>	04	02 devolvidos 02 no depósito da sede da CPRH
<b>Motosserra</b>	8	01 devolvido 07 no depósito da sede da CPRH
<b>Motores de serraria</b>	49	49 no depósito da sede da CPRH

Tabela 3: Equipamentos apreendidos pela Fiscalização Florestal nos anos de 2010 a 2014.

PRODUTO / ANO	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Carvão (saco)</b>	2683	3965	384	419	38
<b>Lenha (estéreo)</b>	1335	1531	360	497	312
<b>Estacas (unidade)</b>	2225	5938	7185	0	400
<b>Varas (unidade)</b>	4520	3140	0	0	0
<b>Toras (unidade)</b>	357	225	180	87	77

Tabela 4: Produtos florestais apreendidos pela Fiscalização Florestal nos anos de 2010 a 2014.



Foto 5: Material apreendido em serraria.



Foto 6: Caminhão de madeira apreendido com DOF irregular.

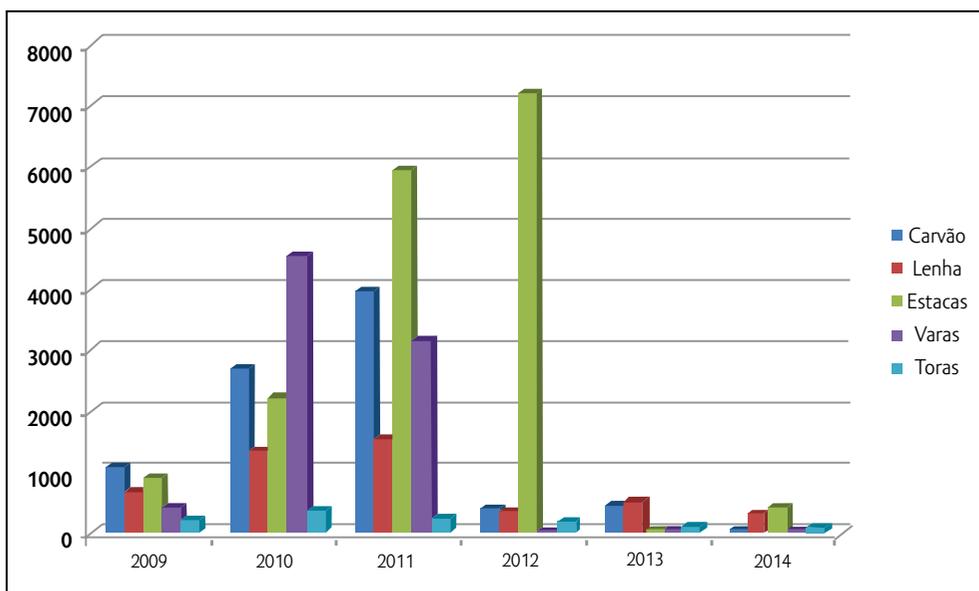


Gráfico 6: Relação entre os produtos apreendidos nos anos de 2009 a 2014.

### 2.2.2 Emissão de documentos técnicos

Os resultados obtidos pelo Setor de Licenciamento e Monitoramento Florestal podem ser observados com a análise dos Gráficos 7 e 8, onde estão apresentadas a relação entre as quantidades de documentos técnicos emitidos entre os anos de 2011 e 2014.

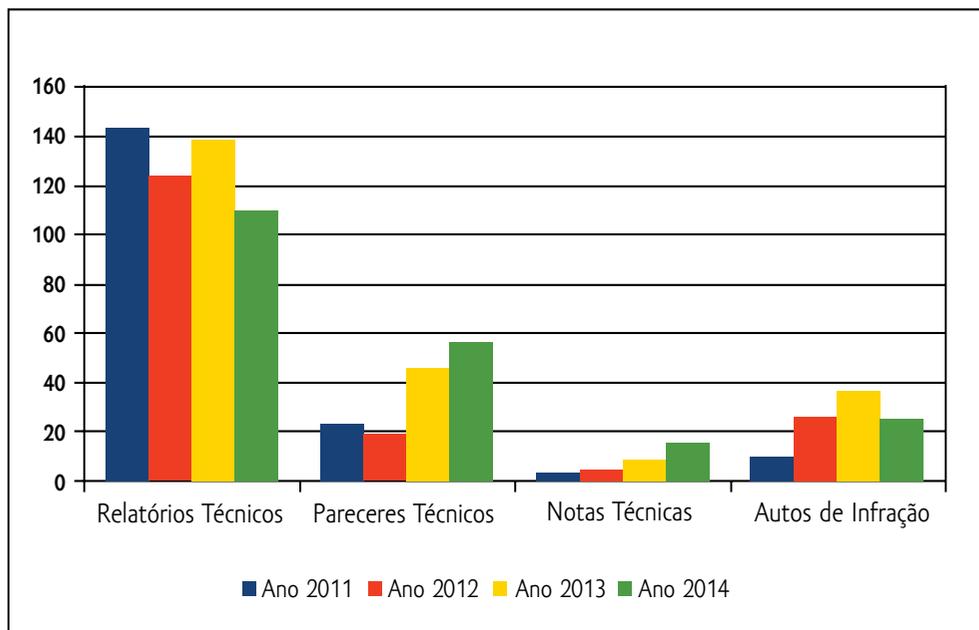


Gráfico 7: Quantidade de documentos técnicos emitidos pelo Licenciamento e Monitoramento Florestal nos anos de 2011 a 2014.

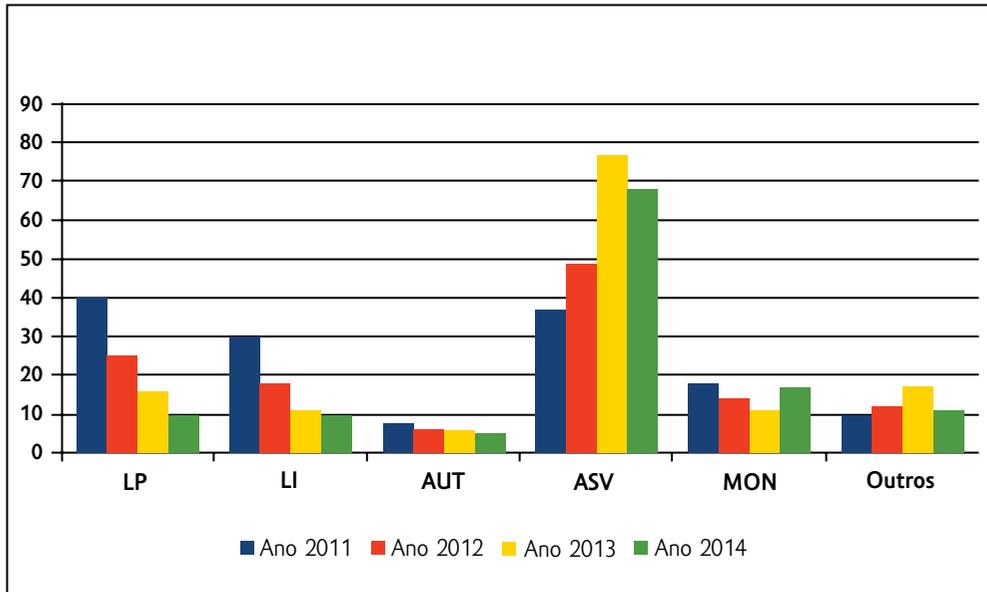


Gráfico 8 – Relatórios emitidos pelo Licenciamento e Monitoramento Florestal nos anos de 2011 a 2014 conforme enquadramento.



Foto 7: Evento de assinatura de cooperação técnica com o Ibama sobre a gestão de fauna.

### 2.3 Unidade de Gestão de Fauna – UGF

Em cumprimento à Lei Complementar 140, no dia 23 de abril de 2014, a CPRH e o IBAMA assinaram Acordo de Cooperação Técnica que formaliza a gestão de fauna silvestre como de responsabilidade do Estado de Pernambuco. A partir dessa data, o trabalho de licenciamento, monitoramento e fiscalização de fauna silvestre passou a ser realizado pela CPRH, que conta com o IBAMA como órgão parceiro.

A Unidade de Gestão de Fauna – UGF possui a competência de promover e coordenar a execução das atividades vinculadas ao licenciamento, fiscalização e monitoramento de fauna, visando o disciplinamento do uso e o controle dos recursos faunísticos do Estado. Possui dois setores, o Setor de Licenciamento e Fiscalização de Fauna (SLFF) e o Setor de Triagem e Reabilitação de Fauna (STRF).

O Setor de Licenciamento e Fiscalização de Fauna atua em todo o Estado atendendo denúncias da população e de outras instituições que envolvam posse, criação ou comércio irregular ou ilegal de animais silvestres. Suas atividades incluem, também, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que causam impactos sobre a fauna silvestre ou utilizadora de recursos faunísticos. O grande avanço se deu com a administração do Sistema de Gestão de Criadores de Passeriformes – SISPASS por esta Agência. Desde o dia 17 de setembro do ano corrente, quando se iniciou o cadastro de novos criadores amadores de pássaros no Estado de Pernambuco, o número desses já passou de 200.

O Setor de Triagem e Reabilitação de Fauna (STRF) atua recebendo animais silvestres entregues pela sociedade e realizando resgates desses animais, quando solicitado. Os animais oriundos de entrega voluntária, de resgate e de apreensões são encaminhados a um Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (Santuário Três Reinos), em Recife, para triagem, reabilitação e conseqüentemente a soltura deles em seus respectivos habitats naturais. Além da parceria com o Santuário, a CPRH conta com o apoio de algumas clínicas veterinárias e da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, onde são realizados exames

e cirurgias nos animais sob a guarda desta Agência que necessitam de um atendimento especial. Vale lembrar que está em andamento processo de instalação do Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS de Pernambuco, no município de Recife.

No ano de 2013, quando ainda não existia a Unidade de Fauna, o Setor de Licenciamento e Monitoramento Florestal (SLMF/UCMF) desenvolveu atividades de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que causam impactos sobre a fauna silvestre ou utilizadores de recursos faunísticos nesse período. O Setor de Fiscalização Florestal (SFF/UCMF), por sua vez, realizou atividades relacionadas à fiscalização da fauna, principalmente ao constatar animais em cativeiro ilegalmente durante os deslocamentos nas operações e atendimento à denúncias, sendo apreendidos nesse ano, 2.088 animais, a maioria passeriformes, sendo grande parte soltos em seus habitats naturais, e os que não tinham condições de soltura foram encaminhados ao CETAS do IBAMA.

A partir de 2014, foi implantada a Unidade de Gestão de Fauna na Agência. Dessa forma, o Setor de Fiscalização Florestal apenas realiza autuações e apreensões em caso de observação durante os deslocamentos, sendo apreendidos 307 animais até o mês de setembro de 2014 pelo Setor de Fiscalização Florestal.



Foto 8: Apresentação do processo de cadastramento de pássaros silvestres de pequeno porte.

### 2.3.1 Setor de Licenciamento e Fiscalização de Fauna – SLFF

Os resultados obtidos pelo Setor de Licenciamento e Fiscalização de Fauna podem ser observados com a análise das Tabelas 5, 6 e 7, onde estão apresentados os processos atendidos (denúncias de outros órgãos, denúncias via G-COM, processos formados, recursos e defesas administrativas) e as apreensões realizadas.



Foto 9: Primeiros cadastramentos de pássaros silvestres de pequeno porte realizados pela CPRH.

2011	2012	2013	2014
-	-	-	<b>24 - até setembro</b>

Tabela 5: Quantidade de processos atendidos no ano de 2011 a 2014.

Após a instituição do Grupo de Trabalho (GT), em 22 de janeiro de 2014, os processos relativos à fauna começaram a ser atendidos, sendo que a maior demanda foi de autorizações de coleta, captura e transporte de fauna em instalações de empreendimentos causadores de impacto ambiental. De janeiro a setembro de 2014 foram emitidas 16 autorizações.

No período foram apreendidos veículos utilizados na prática de infrações ambientais, assim como animais silvestres.

Veículo	Quantidade	Situação atual
<b>Veículos de passeio utilizados no tráfico de animais silvestres</b>	04	02 devolvidos 02 no depósito da sede da CPRH

Tabela 6: Veículos apreendidos no ano de 2014.

ANO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Quantidade de animais apreendidos	-	-	-	-	2088	811

Tabela 7: Animais silvestres apreendidos nos anos de 2013 e 2014.

### 2.3.2 Setor de Triagem e Reabilitação de Fauna Silvestre – STRF

O Setor teve o apoio das Brigadas Ambientais de vários municípios, do Corpo de Bombeiros e da Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente – CIPOMA para a realização dos resgates de fauna.

ANO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Quantidade de animais entregues	-	-	-	-	-	186
Quantidade de animais resgatados	-	-	-	-	-	104

Tabela 8: Animais silvestres entregues voluntariamente e resgatados no ano de 2014.



Foto 10: Papagaio apreendido e devolvido a natureza.



Foto 11: Jacaré resgatado e devolvido a natureza.

### 2.4 Unidade de Gestão de Unidades de Conservação – UGUC

A Lei Estadual nº 13.787/2009 (SEUC) estabelece que a Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, é o órgão gestor do Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC. A Unidade de Gestão de Unidades de Conservação - UGUC, criada pelo Decreto Estadual nº 32.514/2008, possui a competência legal de promover e coordenar a execução de atividades de planejamento, criação, implantação, administração e controle de Unidades de Conservação.

A Unidade de Gestão de Unidades de Conservação coordena dois setores e sete Unidades de Conservação que possuem administração local. O Setor de Planejamento de Unidades de Conservação (SPUC) é responsável pela elaboração do planejamento das atividades relacionadas à Criação e Implantação de UC; Educação Ambiental; Recuperação de áreas degradadas, em consonância com o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei nº 9985/2000) e o SEUC (POA, PPA, TRs, Convênios, Licitações, Câmara de Compensação). O Setor de Administração de Unidades de Conservação (SAUC) é responsável pela supervisão, apoio e monitoramento da gestão e das atividades realizadas nas Unidades de Conservação; executa atividades relacionadas à criação, implantação e administração das Unidades de Conservação de modo a garantir a preservação e a conservação dos recursos naturais das áreas protegidas, em consonância com o SNUC e o SEUC. As Unidades de Conservação tem suas atribuições definidas pela legislação vigente, de acordo com a sua categoria de manejo, e suas atividades incluem fiscalização, monitoramento, projetos de educação ambiental, relacionamento com a comunidade, apoio a pesquisa científica, implementação do

plano de manejo e do conselho gestor da Unidade.

Ainda, a UGUC trabalha em estreita relação com a Câmara de Compensação Ambiental, possuindo assento na Câmara e participação na composição de sua secretaria (SPUC). A Câmara é o órgão que delibera sobre a utilização do recurso de compensação ambiental, que é destinado a apoiar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC).

## 2.4.1 Principais atividades realizadas pela Unidade de Gestão de Unidades de Conservação - 2011-2014

### 2.4.1.1 Categorização das Reservas Ecológicas

A equipe técnica da Semas e CPRH/UGUC se reuniram a fim de estabelecer os parâmetros técnicos para o enquadramento de 32 áreas protegidas pela Lei nº 9.989/87 nas categorias estabelecidas pelo SEUC, resultando na Lei nº 14.324/2011, categorizando 31 Reservas Ecológicas da Região Metropolitana do Recife (tabela 9). Apenas a Reserva Ecológica do Jardim Botânico não foi categorizada.

	Categoria/Nome	Municípios	Área (ha)
1	Reserva de Floresta Urbana Mata de São Bento	Abreu e Lima	109,60
2	Reserva de Floresta Urbana Mata de Camaçari	Cabo	223,30
3	Reserva de Floresta urbana Mata de Jangadinha	Jaboatão dos Guararapes	84,68
4	Reserva de Floresta Urbana Mata de Manassu	Jaboatão dos Guararapes	264,24
5	Reserva de Floresta Urbana Mata do Passarinho	Olinda	13,60
6	Reserva de Floresta Urbana Mata de Jaguarana	Paulista	332,28
7	Reserva de Floresta Urbana Mata do Janga	Paulista	132,24
8	Reserva de Floresta Urbana Mata de Dois Unidos	Recife	34,72
9	Parque Estadual Mata de Duas Lagoas	Cabo	140,30
10	Parque Estadual Mata do Zumbi	Cabo	292,40
11	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Urucu	Cabo/ Escada/ Vitória	515,30
12	Refúgio de Vida Silvestre Mata da Serra do Cotovelo	Cabo/ Moreno	977,50
13	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Cumaru	Cabo/ Moreno	367,20
14	Refúgio de Vida Silvestre Mata da Usina São José	Igarassu	298,78
15	Refúgio de Vida Silvestre Mata de Miritiba	Abreu e Lima	273,40
16	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Quizanga	São Lourenço da Mata	228,96
17	Refúgio de Vida Silvestre Mata de Mussaíba	Jaboatão dos Guararapes	272,20
18	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Curado	Recife	102,96
19	Refúgio de Vida Silvestre Mata do São João da Várzea	Recife	64,52
20	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Eng° Uchôa	Recife	171,05
21	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Sistema Gurjaú	Cabo/ Jaboatão dos Guararapes/ Moreno	1.077,10
22	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Bom Jardim	Cabo	245,28
23	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Eng° Salgadinho	Jaboatão dos Guararapes	257,00
24	Refúgio de Vida Silvestre Mata de Caraúna	Moreno	173,35
25	Refúgio de Vida Silvestre Mata de Contra Açude	Recife	114,56
26	Refúgio de Vida Silvestre Mata Tapacurá	São Lourenço da Mata	100,92
27	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Eng° Tapacurá	São Lourenço da Mata	316,32
28	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Toro	São Lourenço da Mata	80,70
29	Refúgio de Vida Silvestre Mata Camucim	São Lourenço da Mata	40,24
30	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Outeiro do Pedro	São Lourenço da Mata	51,24
31	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Eng° Moreninho	Moreno	66,48

Tabela 9: Categorias e nome das Unidades de Conservação, município e área das Reservas Ecológicas (Lei nº 9998/87) categorizadas pela Lei nº 14.324/11.

### 2.4.1.2 Criação de Unidades de Conservação

De acordo com o SEUC compete à CPRH subsidiar tecnicamente propostas de criação de unidades de conservação e encaminhá-las para o Órgão Central – SEMAS. A criação de Unidades de Conservação é apontada como uma das melhores estratégias para garantir a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.



Foto 12: Orquídea Endêmica do Mona Serra do Cachorro. Foto: Joice Brito.



Foto 13: Parque Estadual Mata da Pimenteira. Foto: Rodrigo Ferraz.

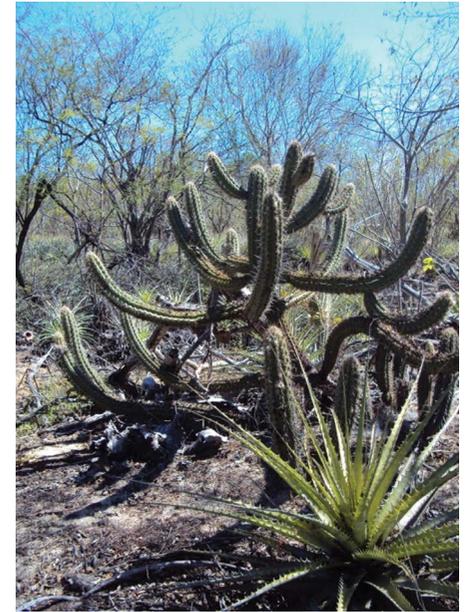


Foto 14: ESEC Serra da Canoa. Foto Joice Brito.

Foram criadas, no período de 2011 até a presente data (setembro de 2014), 12 Unidades de Conservação (Tabela 10), perfazendo uma área de proteção de 24.719,1 ha, sendo destas 4 de Uso Sustentável (672,79 ha) e 8 de Proteção Integral (24.046,41 ha). Dessas Unidades 6 protegem o Bioma Mata Atlântica (8.318,55 ha) (Figura 1) e 6 o Bioma Caatinga (16.400,55 ha).

	Unidade de Conservação	Municípios	Bioma	Ato de criação	Área
1	RPPN Pedra D'Antas	Lagoa dos Gatos	Mata Atlântica	Portaria CPRH N° 021/2011 (DOE 02.07.2011)	325,34
2	RPPN Eco Fazenda Morim	São José da Coroa Grande	Mata Atlântica	Portaria CPRH N° 038/2012 (DOE 20.06.12)	209,00
3	RPPN do Benedito	Gravatá	Mata Atlântica	Portaria CPRH N°115/2014 (DOE 31.05.14)	18,60
4	RPPN Santo Antônio	Gravatá	Caatinga	Portaria CPRH N°157/2014 (DOE 03.09.14)	119,75
5	Estação Ecológica Serra da Canoa	Floresta	Caatinga	Decreto N°38.133/12	7.598,71
6	Estação Ecológica de Bitá e Utinga	Cabo/ Ipojuca	Mata Atlântica	Decreto N°38.261/12	2.467,10
7	Parque Estadual Mata da Pimenteira	Serra Talhada	Caatinga	Decreto N°37.823/12	887,24
8	Parque Estadual Serra do Areial	Petrolina	Caatinga	Decreto N°40.550/14	1.596,55
9	Refúgio de Vida Silvestre Matas do Siriji	São Vicente Férrer	Mata Atlântica	Decreto N°40.548/14	645,94
10	Refúgio de Vida Silvestre Matas de Água Azul	Timbaúba, Vicência e Macaparana	Mata Atlântica	Decreto N°40.551/14	4.652,57
11	Refúgio da Vida Silvestre Riacho Pontal	Petrolina	Caatinga	Decreto N°40.552/14	4.819,63
12	Monumento Natural Pedra do Cachorro	Brejo da Madre de Deus, São Caetano e Tacaimbó	Caatinga	Decreto N°40.549/14	1.378,67

Tabela 10: Unidades de Conservação Estaduais criadas entre 2011 e 2014.

### 2.4.1.3 Redefinição da área de Unidades de Conservação

No período de 2013-2014 foram ampliadas duas Unidades de Conservação estaduais, o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engenho Uchôa, que passou de 20 para 171,05 ha (Decreto N°39.938/13), e o Parque Estadual de Dois Irmãos que passou de 387,4 para 1161,4 ha (Decreto N°40.547/14). Ainda, em junho de 2014, foi redefinido o limite do Refúgio de Vida Silvestre Mata de Caraúna, de modo a garantir a viabilidade de conexão desta Unidade ao RVS Matas do Sistema Gurjaú, diminuindo também os efeitos de borda através da redução dos recortes dos seus limites.

A ampliação do RVS Mata do Engenho Uchôa e do Parque Estadual Mata de Dois Irmãos significou um incremento de 925,05 hectares na proteção da Mata Atlântica na RMR.

### 2.4.1.4 Conselho Gestor

As Unidades de Conservação devem possuir Conselho Gestor, de acordo com o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC (Lei nº13.787/2009). Dos 26 Conselhos Gestores de Unidade de Conservação Estaduais, apenas um foi instituído antes de 2012 (APA de Guadalupe) e, dos 25 restantes, 23 foram instituídos em junho de 2012, através dos trabalhos do o Comitê Executivo (SEMAS/CPRH) para Implantação das UCs de Pernambuco (Decreto Estadual nº 36.627), por meio de estratégias de mobilização e divulgação que resultaram em 17 reuniões. Os dois conselhos restantes tiveram outros caminhos: o Conselho Gestor da ESEC Caetés foi criado a partir dos trabalhos desenvolvidos pela contratação de uma consultoria especializada para a Revisão de seu Plano de Manejo e implantação do Conselho Gestor (UGUC/SPUC), com recursos da Compensação Ambiental. E o Conselho Gestor da ESEC de Bitá e Utinga foi criado a partir dos trabalhos de mobilização e identificação de atores realizados pela CPRH (UGUC/SAUC). Dos 26 Conselhos Gestores criados, 12 encontram-se ativos (Tabela 11).



Foto 15: Reunião do Conselho Gestor do RVS Matas do Sistema Gurjaú.



Foto 16: Visitas de Reconhecimento das áreas do GT- Fiscalização do CG Matas do sistema Gurjaú.

Nº	Unidades de Conservação	Ato de Criação do Conselho Gestor	Status de Implantação
1	APA de Guadalupe	Decreto Nº 21135/98	Inativo (última reunião em 2012)
2	APA de Santa Cruz	Portaria CPRH Nº61/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo (1ª reunião 09/2014)
3	APA Aldeia-Beberibe	Portaria CPRH Nº43/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo
4	Reserva de Floresta Urbana Mata de Camaçari	Portaria CPRH Nº40/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
5	Reserva de Floresta Urbana Mata do Passarinho	Portaria CPRH Nº48/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo
6	Reserva de Floresta Urbana Mata de Dois Unidos	Portaria CPRH Nº 50/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
7	Estação Ecológica Caetés	Portaria CPRH Nº63/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo
8	Estação Ecológica de Bita e Utinga	Portaria CPRH Nº 134/2013 (DOE 29.08.13)	não implantado
9	Parque Estadual Dois Irmãos	Portaria CPRH Nº 47/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo
10	Parque Estadual Mata de Duas Lagoas	Portaria CPRH Nº42/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
11	Parque Estadual Mata do Zumbi	Portaria CPRH Nº41/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
12	Parque Estadual Mata da Pimenteira	Portaria CPRH Nº62/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo
13	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Urucu	Portaria CPRH Nº58/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
14	Refúgio de Vida Silvestre Mata da Serra do Cotovelo	Portaria CPRH Nº60/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
15	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Cumaru	Portaria CPRH Nº59/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
16	Refúgio de Vida Silvestre Mata da Usina São José	Portaria CPRH Nº46/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
17	Refúgio de Vida Silvestre Mata de Miritiba	Portaria CPRH Nº 44/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
18	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Quizanga	Portaria CPRH Nº 45/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
19	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Curado	Portaria CPRH Nº56/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
20	Refúgio de Vida Silvestre Mata do São João da Várzea	Portaria CPRH Nº57/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
21	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engº Uchôa	Portaria CPRH Nº 49/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo
22	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Sistema Gurjaú	Portaria CPRH Nº51/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo
23	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Bom Jardim	Portaria CPRH Nº54/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo (Gurjaú)
24	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engº Salgadinho	Portaria CPRH Nº52/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo (Gurjaú)
25	Refúgio de Vida Silvestre Mata de Caraúna	Portaria CPRH Nº53/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo (Gurjaú)
26	Refúgio de Vida Silvestre Mata de Contra Açude	Portaria CPRH Nº55/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo (Gurjaú)

Tabela 11: Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Estaduais.

### 2.4.1.5 Planos de Manejo

O plano de manejo é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. O SEUC afirma que todas as Unidades de Conservação deverão dispor de um plano de manejo num prazo de até 5 anos da data de sua criação, devendo ser revisados periodicamente.

Hoje, 9 Unidades de Conservação possuem seu Plano de Manejo, destes, 6 foram elaborados entre 2011 e 2014, e dois foram revisados, sendo que a revisão do Plano de Manejo da APA de Guadalupe ainda não foi reconhecido por ato normativo. Estão em elaboração mais 5 Planos de Manejo, um deles está sendo desenvolvido pela equipe da SEMAS/Parque de Dois Irmãos, os outros serão produto de um convênio assinado entre a CPRH e a AMANE (Edital CPRH 02-2013 de Chamamento Público para seleção de Projetos

para elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação de Pernambuco). Ainda, cabe mencionar, que se encontra em Processo Licitatório a contratação de consultoria especializada para a elaboração de outros 10 Planos de Manejo de Unidade de Conservação (Tabela 12), sendo que 6 deles serão financiados com recursos da compensação ambiental (RVSs em Itamaracá) e 4 serão financiados pelo PSHPE/SEINFRA (RVSs no entorno de Tapacurá).

Nº	Unidade de Conservação	Plano de Manejo
1	APA de Guadalupe	PM em Revisão - Zoneamento do Decreto Nº 21135/98
2	APA de Santa Cruz	Portaria CPRH Nº 066/2012 (DOE 14.07.12)
3	APA Aldeia-Beberibe	Portaria CPRH Nº 166/2013 (DOE 15.11.13)
4	Reserva de Floresta Urbana Mata do Passarinho	Portaria CPRH Nº 172/2013 (DOU 26.11.13)
5	RPPN Pedra D'Antas	Portaria CPRH Nº 116/2014 (DOE 28.05.14)
6	Estação Ecológica Caetés	Portaria CPRH Nº22/2014 (DOE 17.01.14) (PM Revisado)
7	Estação Ecológica de Bita e Utinga	Portaria CPRH Nº21/2014 (DOE 17.01.14)
8	Parque Estadual Mata da Pimenteira	Portaria CPRH nº23/2014 (DOE 17.01.14)
9	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engº Uchôa	Portaria CPRH nº24/2014 (DOE 17.01.14)
10	Parque Estadual Dois Irmãos	Em elaboração
11	Parque Estadual Mata de Duas Lagoas	Em elaboração
12	Parque Estadual Mata do Zumbi	Em elaboração
13	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Curado	Em elaboração
14	Refúgio de Vida Silvestre Mata do São João da Várzea	Em elaboração
15	Refúgio de Vida Silvestre Mata de Santa Cruz	Em licitação
16	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Amparo	Em licitação
17	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engenho São João	Em licitação
18	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Jaguaribe	Em licitação
19	Refúgio de Vida Silvestre Mata Engenho Macaxeira	Em licitação
20	Refúgio de Vida Silvestre Mata Lanço dos Cações	Em licitação
21	Refúgio de Vida Silvestre Mata Tapacurá	Em licitação
22	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engº Tapacurá	Em licitação
23	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Toro	Em licitação
24	Refúgio de Vida Silvestre Mata Camucim	Em licitação
25	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Outeiro do Pedro	Em licitação

Tabela 12: Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais.

#### 2.4.1.6 Estrutura física e de pessoal das Unidades

A instalação de estrutura de gestão local, situada no território da Unidade de Conservação, infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades administrativas, de fiscalização, monitoramento, educação ambiental e apoio a pesquisa é de suma importância.

Das Unidades de Conservação Estaduais, sete possuem estrutura administrativa local. Destas, foram implantadas entre 2011 e 2014, a APA de Santa Cruz e o Parque Mata da Pimenteira (2013) (Tabela 13). Ainda, a CPRH conta com uma equipe de 8 profissionais na sede da CPRH em Recife.

	Unidade de Conservação	Sede Administrativa	Pessoal
1	APA de Guadalupe	Possui (Instalações próprias da CPRH em Tamandaré)	2
2	APA de Santa Cruz	Possui (Instalação Alugada em 2014)	4
3	Reserva de Floresta Urbana Mata do Passarinho	Possui (Instalações da Pref. Olinda, reformada em 2012)	1
4	Estação Ecológica Caetés	Possui (Instalações próprias em Paulista)	4
5	Parque Estadual Mata da Pimenteira	Possui (Sala do IPA, cedida em 2013)	1
6	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Sistema Gurjaú	Possui (Instalações próprias no Cabo)	3

Tabela 13: Sede e Pessoal das Unidades de Conservação Estaduais.

#### 2.4.1.7 Editais, Convênios e Acordo de Cooperação Técnica

Em 2013 foi lançado o primeiro Edital de Chamamento Público para seleção de Projetos em Unidades de Conservação do Estado de Pernambuco (UGUC/SPUC) com recursos oriundos da compensação ambiental. Ainda no ano de 2013, foram lançados mais dois Editais. Desses Editais resultaram o estabelecimento de 6 Convênios, com vistas a contribuir com a implementação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Tabela 14).

Adicionalmente, a CPRH/CTCA estabeleceu Acordo de Cooperação Técnica com a FACEPE para complementação de bolsas de pós-graduação para estudos desenvolvidos nas áreas de interesse para as UCs de Pernambuco.

Convênios Celebrados em 2014	
1	Estudos ambientais e socioeconômicos de áreas identificadas como prioritárias para a conservação do bioma Caatinga no Estado de Pernambuco.
2	Construção de um Banco de Áreas Degradadas Visando Iniciativas de Restauração Ecológica das Unidades de Conservação Estaduais de Pernambuco - Biomas Mata Atlântica e Caatinga.
3	Projeto para criação da Unidade de Conservação Municipal Serra do Jacaré, Arcoverde – PE
4	Dinâmica de Recomposição de um fragmento de Mata Atlântica na ESEC Caetés: Estudos Ecofisiológicos e Anatômicos.
5	Cadastramento dos moradores e levantamento da situação fundiária dos imóveis existentes no Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú.
6	Planos de Manejo para Unidades de Conservação Estratégicas para o Estado de Pernambuco: Zumbi, Duas Lagoas, São João da Várzea e Mata do Curado.

Tabela 14: Convênios celebrados pela CPRH com objetivo de implementação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação.

#### 2.4.1.8 Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas

Dentro dos limites das Unidades de Conservação existem, muitas vezes, áreas a serem recuperadas, para que possam cumprir sua função de proteção da Biodiversidade.

Entre 2011-2014 foram realizados diversos projetos de recuperação de áreas degradadas no interior de Unidades de Conservação somando um total de 445,46 hectares de vegetação em recuperação, além dos projetos para revitalização de nascentes e recuperação de ambientes recifais (Tabela 15).

	Projeto de Recuperação	hectares	Status
1	Recuperação de Mata Atlântica na ESEC Caetés (Fadurpe)	1,200	Concluído
2	Recuperação de Mata Atlântica na ESEC Caetés (Carrefour)	0,566	Plantio concluído – em manutenção
3	Recuperação de Mata Atlântica no RVS Matas de Gurjaú (Compesa)	2,300	Plantio concluído – em manutenção
4	Recuperação de Mata Atlântica na ESEC de Bitá e Utinga (Suape)	420,000	Em execução
5	Recuperação de Mata Atlântica na APA de Guadalupe (Atlântico Sul)	7,600	Em monitoramento
6	Recuperação de manguezal na APP do rio Ariquindá, na APA de Guadalupe (Pessoa Física)	0,015	Em monitoramento
7	Recuperação de mata ciliar no rio União na APA de Guadalupe (Pessoa Física)	0,780	Em monitoramento
8	Recuperação de Mata Atlântica na FURB Passarinho (Carrefour e Odebrech)	13,000	Elaboração de Projeto
9	Projeto Águas do Céu na APA de Guadalupe (Centro Sabiá): 24 nascentes recuperadas		2012
10	Projeto Elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Tamararé / PE (SNE e FEMA)		Em execução
11	Projeto Conservação Recifal na praia dos Carneiros, em Tamararé (IRCOS/Rufford)		Em execução

Tabela 15: Projetos de Recuperação de áreas degradadas em Unidades de Conservação estaduais.

#### 2.4.1.9 Núcleo de Comunicação Social e Educação Ambiental (NCSEA)

No processo de implantação e gestão das Unidades de Conservação é de suma importância a implementação e o fortalecimento de ações de Educação Ambiental e Comunicação, possibilitando que a sociedade tome conhecimento sobre a necessidade de manutenção das UCs enquanto espaços privilegiados para a conservação da biodiversidade e manutenção da qualidade de vida, além de qualificar e envolver as comunidades do entorno e interior de UCs para que as mesmas se co-responsabilizem pela gestão destes espaços (MMA). Tais ações constituem-se em pilares para a sustentabilidade destes espaços, e geralmente são parte integrante do Plano de Manejo das Unidades de Conservação.

As ações de educação ambiental nos Unidades de Conservação estaduais abrangem diversas abordagens e estratégias, e são realizadas pelas Unidades de Conservação que possuem estrutura administrativa local. As ações de educação ambiental incluem recepção de visitantes e estudantes, palestras, oficinas e projetos (Tabela 16). A maior parte das ações são planejadas por meio de articulação institucional e com apoio de parcerias. O núcleo de comunicação e Educação ambiental (NCSEA) da CPRH atua em estreita relação com estas atividades.

As principais ações de Educação Ambiental realizadas entre 2011-2014 nas Unidades de Conservação estaduais estão relacionadas na tabela 16.



Foto 17: Professores em trilha interpretativa durante a Etapa de Formação docente do Projeto.



Foto 18: Alunos realizando o plantio de mudas de espécies nativas sob a orientação de Analista em Gestão Ambiental da CPRH.



Foto 19: VII Módulo do Projeto Educadores Ambientais (ESEC Caetés) em visita ao CTR Igarassu.



Foto 20: Curso de Educação Ambiental e combate à incêndio Florestal do IBAMA PREV-FOGO, em projeto de assentamento Amaraji, em Rio Formoso – APA de Guadalupe (2013).

Nº	Unidades de Conservação	Ato de Criação do Conselho Gestor	Status de Implantação
1	APA de Guadalupe	Decreto Nº 21135/98	Inativo (última reunião em 2012)
2	APA de Santa Cruz	Portaria CPRH Nº61/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo (1ª reunião 09/2014)
3	APA Aldeia-Beberibe	Portaria CPRH Nº43/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo
4	Reserva de Floresta Urbana Mata de Camaçari	Portaria CPRH Nº40/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
5	Reserva de Floresta Urbana Mata do Passarinho	Portaria CPRH Nº48/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo
6	Reserva de Floresta Urbana Mata de Dois Unidos	Portaria CPRH Nº 50/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
7	Estação Ecológica Caetés	Portaria CPRH Nº63/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo
8	Estação Ecológica de Bita e Utinga	Portaria CPRH Nº 134/2013 (DOE 29.08.13)	não implantado
9	Parque Estadual Dois Irmãos	Portaria CPRH Nº 47/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo
10	Parque Estadual Mata de Duas Lagoas	Portaria CPRH Nº42/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
11	Parque Estadual Mata do Zumbi	Portaria CPRH Nº41/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
12	Parque Estadual Mata da Pimenteira	Portaria CPRH Nº62/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo
13	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Urucu	Portaria CPRH Nº58/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
14	Refúgio de Vida Silvestre Mata da Serra do Cotovelo	Portaria CPRH Nº60/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
15	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Cumaru	Portaria CPRH Nº59/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
16	Refúgio de Vida Silvestre Mata da Usina São José	Portaria CPRH Nº46/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
17	Refúgio de Vida Silvestre Mata de Miritiba	Portaria CPRH Nº 44/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
18	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Quizanga	Portaria CPRH Nº 45/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
19	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Curado	Portaria CPRH Nº56/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
20	Refúgio de Vida Silvestre Mata do São João da Várzea	Portaria CPRH Nº57/2012 (DOE 26.06.12)	não implantado
21	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engº Uchôa	Portaria CPRH Nº 49/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo
22	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Sistema Gurjaú	Portaria CPRH Nº51/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo
23	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Bom Jardim	Portaria CPRH Nº54/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo (Gurjaú)
24	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engº Salgadinho	Portaria CPRH Nº52/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo (Gurjaú)
25	Refúgio de Vida Silvestre Mata de Caraúna	Portaria CPRH Nº53/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo (Gurjaú)
26	Refúgio de Vida Silvestre Mata de Contra Açude	Portaria CPRH Nº55/2012 (DOE 26.06.12)	Ativo (Gurjaú)

Tabela 16: Principais projetos e ações de Educação Ambiental e Conservação nas Unidades de Conservação estaduais, entre 2011 - 2014.

A realização de pesquisa científica é um importante instrumento para a conservação dos ecossistemas e para o desenvolvimento sustentável, e desta forma são amplamente incentivadas nas Unidades de Conservação Estaduais. Para a realização de pesquisas científicas nas Unidades de Conservação Estaduais é necessário obter autorização do órgão gestor, através da entrega na CPRH de documentação específica incluindo o projeto de pesquisa. A análise das solicitações visa garantir a adequação da pesquisa aos objetivos da Unidade de Conservação. Para as unidades que possuem infraestrutura local, esta é disponibilizada aos pesquisadores (alojamento, laboratórios), além do apoio da equipe local.

A tabela 16 apresenta a relação das pesquisas autorizadas e realizadas nas Unidades de Conservação Estaduais, durante os anos de 2011-2014. Totalizando 33 pesquisas, com destaque para a Estação Ecológica de Caetés que é responsável por quase a metade destes estudos (16).

Ainda, cabe mencionar o lançamento do livro: *Conflitos Socioambientais em Pernambuco – (Autores: Tarcísio Augusto Alves da Silva e Vitória Régia Fernandes Gehlen) – Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, em 2014 que inclui o capítulo: Política Ambiental e Unidades de Conservação em Pernambuco: um estudo sobre a Estação Ecológica de Caetés e a Área de Proteção Ambiental do Uchoa, de Emílio de Brito Negreiros: Projeto de Doutorado, 2008.*

UC	Ano	Estudo
ESEC Caetés	2011	Estudos epidemiológicos para saúde pública em Pernambuco -carnívoros
		Detecção de Anticorpos ANTI- <i>Toxoplasma gondii</i> em Marsupiais e Roedores Silvestres da Mata Atlântica do Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil.
		Óleo e composição de ácidos graxos em sementes de espécies de arecaceae, euphorbiaceae
		Taxonomia, Modelagem de Distribuição geográfica Potencial e Conservação de <i>Marlierea Cambell.</i> no Nordeste.
	2012	Atividades de educação em saúde sobre zoonoses com os agentes comunitários de saúde, professores e estudantes do entorno da Estação Ecológica de Caetés, Paulista, PE.
		Monitoramento da avifauna da ESEC Caetés
		Ecologia, assimetria flutuante e dimorfismo sexual em pequenos mamíferos em remanescentes de Floresta Atlântica do Nordeste do Brasil
		Modelagem Numérica do Terreno
	2013	Percepção das comunidades do entorno sobre as unidades de conservação – urbana e rural
		Interação entre inclusão social e preservação ambiental nas unidades de conservação
	2014	Levantamento da Coleopterofauna(insecta) Aquático em unidades de conservação da Floresta Atlântica, Pernambuco, Brasil
		Avaliação de impactos ambientais no Rio Paratibe: Limite Sul da Estação Ecológica de Caetés.
Variações florísticas, funcionais e estruturais da vegetação lenhosa de florestas urbanas e rurais protegidas da Mata atlântica.		
Novas Populações de <i>Cryptanthus Burle-marxii</i>		
RVS Guirajuá	2011	Análise da Estação Ecológica de Caetés
		Interações entre plantas e beija-flores num fragmento de floresta atlântica em Pernambuco
	2013	Diversidade de ascomycota em palmeiras nativas e exóticas em áreas de Mata Atlântica dos estados da Bahia e Pernambuco.
		Levantamento da população de leguminosas das UCs de PE.
		Percepção das comunidades do entorno sobre as unidades de conservação – urbana e rural
2014	Composição, riqueza e diversidade de espécies do Centro de endemismo de Pernambuco	
	Fungos de folhedos em área de Mata Atlântica do Nordeste	
APA Guadalupe	2013	Genética da Conservação de cavalos-marinhos ( <i>Hippocampus spp</i> )
		Fungos Micorrízicos Arbusculares em Unidades de Conservação do Nordeste do Brasil
	2014	Pesca artesanal e Áreas marinhas protegidas em Pernambuco: uma abordagem multidimensional
		Comportamento acústico de cavalos-marinhos ( <i>Syngnathidae: Hippocampus</i> )
	2014	Novas Populações de <i>Cryptanthus Burle-marxii</i>
		Comparação entre métodos de coleta para avaliação da diversidade de fungos micorrízicos arbusculares em áreas de dunas marítimas e fluviais no estado de Pernambuco
PEMAPI	2012	Estudo Genético e Ecológico de drosophilídeos da Caatinga, com enfoque na diversidade do endossimbionte <i>Wolbachia</i> em espécies do grupo <i>willistoni</i> de <i>Drosophila</i>
		Elucidando relações filogenéticas de líquens crostosos da Amazônia, Mata Atlântica e Caatinga.
	2014	Caracterização e Monitoramento dos Geoambientes de Caatinga no Parque Estadual Mata da Pimenteira - Semiárido de Pernambuco.
		Ecofisiologia vegetal, anatomia e mecanismos de tolerância ao estresse abiótico em espécies no Semiárido
	2014	Os escorpiões do Parque Estadual Mata da Pimenteira e o escorpionismo no município de Serra Talhada, PE
Apa de Santa Cruz	2014	Levantamento da Coleopterofauna(insecta) Aquático em unidades de conservação da Floresta Atlântica, Pernambuco, Brasil

Tabela 17: Pesquisas autorizadas e realizadas nas Unidades de Conservação de Pernambuco, entre 2011-2014.

### **3. Diretoria Técnica Ambiental – DTA: O Conhecimento Técnico à Serviço do Meio Ambiente**

No início de 2013 a Diretoria Técnica Ambiental - DTA passou por um processo de revisão de suas atribuições, tendo como referência as competências a ela atribuídas no decreto nº 32.514 de 2008, como sendo de apoio técnico às atividades-fim da CPRH, a partir da gestão de informações ambientais, desde a coleta, tratamento e difusão de dados ambientais, e do fomento à produção técnico-científica, visando subsidiar as decisões técnicas da Agência, e apoiar e propagar os conhecimentos técnico-científicos produzidos pela CPRH, facilitando o acompanhamento e participação da sociedade nos processos de controle ambiental do Estado.

Nessa visão, a nova DTA traz em sua missão uma estrutura sistêmica que orbita em torno de um sistema de informações geográficas ambientais, onde todas as suas funções visam à gestão das informações ambientais, numa mão dupla: alimentando um sistema de apoio à tomada de decisões no âmbito do controle ambiental, ao mesmo tempo em que é alimentado pelas ações e produções técnicas dos demais setores técnicos da CPRH, de outros órgãos públicos das diversas esferas, e da sociedade em geral.

#### **3.1 Reestruturação da Diretoria Técnica Ambiental**

Com a decisão de reestruturar a Diretoria Técnica Ambiental, iniciou-se um período de planejamento estratégico da DTA, desde a infraestrutura, com a identificação de espaço físico, mobiliário e equipamentos para dar suporte logístico às atividades da Diretoria, como também a definição de Recursos Humanos e ainda, os ajustes legais necessários ao manual de serviços da Agência, para o adequado funcionamento administrativo da Diretoria.

Para isso, foi definido um novo organograma da diretoria, com uma estrutura enxuta, focando numa gestão que permitisse otimizar os poucos recursos disponíveis com criatividade e inteligência.

##### **3.1.1 Resultados:**

- 1- Redefinição/ajustes das competências da diretoria e das suas gerências, missão e visão estratégica.
- 2- Definição de um plano de ação da diretoria, com metas de curto e longo prazo, que previa:

- Reestruturação do espaço físico e dos equipamentos;
- Redimensionamento e capacitação dos recursos humanos para atender a nova modelagem da diretoria;
- Definição de projetos estruturadores (Sistema de Informações Geoambientais – SIG Caburé e Plano de gestão e fomento a produção técnico-científica na CPRH).

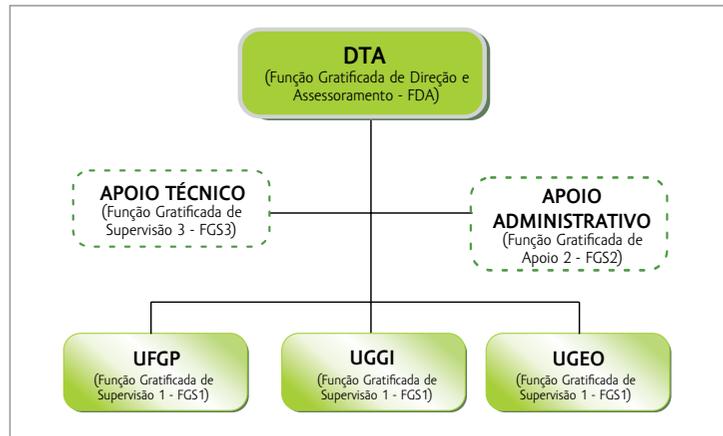
##### **3.1.2 Definição da nova estrutura em três unidades:**

A Unidade de geoprocessamento – UGEO, já existente, e mais duas unidades criadas a partir da redefinição de outras unidades existentes na antiga estrutura da DTA, como sendo a Unidade de Gestão de

Geotecnologias e Inovações – UGGI e a Unidade de Fomento e Gestão de Projetos – UFGP.

A UGEO passou a ter o papel de suporte operacional ao sistema de informações ambientais, cuja modelagem está sob a responsabilidade da UGGI.

Por outro lado, a UFGP tem a missão de facilitar e promover a produção técnico-científica dos diversos setores da CPRH, com foco na alimentação do sistema de informações.



Organograma 1: DTA - 2014.

### 3.2 Implantação do Sistema de Informações Geoambientais – SIG Caburé

No âmbito da Unidade de Gestão de Geotecnologias e Inovação, que tem como competência Planejar, estruturar, implantar e administrar o Sistema de Informações Geográficas Ambientais, através da contínua e ampla disponibilização de dados ambientais georreferenciados, integrado ao Sistema de Licenciamento Ambiental da CPRH e a outros sistemas de órgãos correlatos e afins nas diversas esferas administrativas foi definido como projeto estruturador o desenvolvimento do Sistema de Informações Geoambientais de Pernambuco – SIG CABURÉ.

#### 3.2.1 Conhecendo os futuros usuários do SIG Caburé

A equipe da DTA elaborou pesquisa de opinião para identificar as expectativas quanto ao desenvolvimento do SIG Caburé a partir da análise do nível de conhecimento a respeito da utilização de Sistemas de Informação Geográfica – SIG.

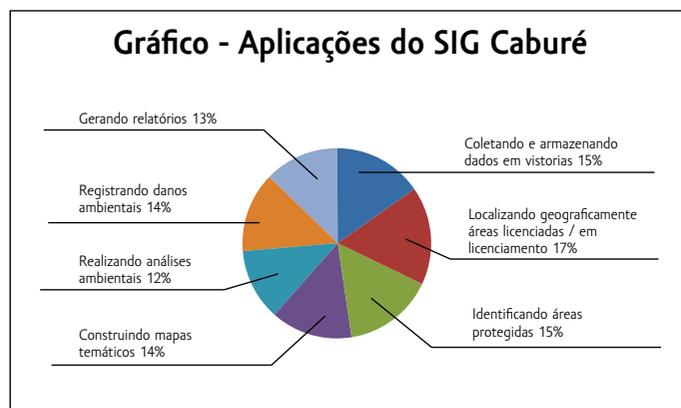


Gráfico 9: Aplicações do SIG Caburé.

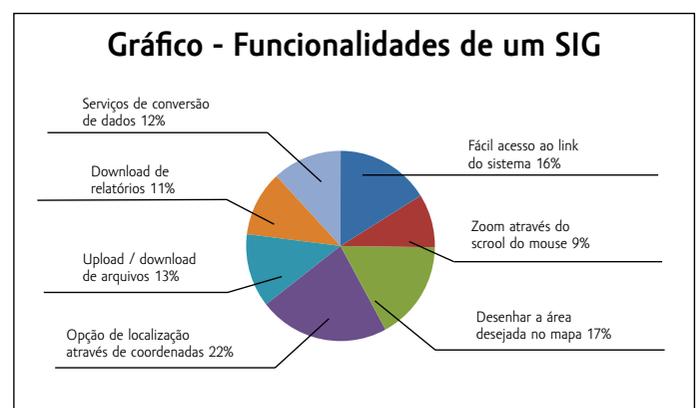


Gráfico 10: Funcionalidades de um SIG.



Foto 21: Seminário "Geoprocessamento: Conceitos e Aplicações".

### 3.2.2 Capacitação e sensibilização na temática de SIG:

Realização do Seminário "Geoprocessamento: Conceitos e Aplicações" onde foram apresentadas as inovações tecnológicas da área de geoprocessamento visando sensibilizar os servidores sobre a importância da adoção de novas tecnologias no processo de controle ambiental através da implantação do SIG Caburé.

Além do Seminário "Geoprocessamento: Conceitos e Aplicações" foram promovidas as seguintes capacitações: AutoCAD MAP 3D; Contratação de Itens de Tecnologia da Informação; ArcGIS Básico; Introdução ao ArcGIS I e II; Introdução ao Geoprocessamento; e, Sensoriamento Remoto e Mudanças no uso do Solo.

### 3.2.3 Realização de visitas técnicas para apoiar o desenvolvimento do SIG Caburé:

Visita técnica ao Órgão Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso para conhecer o SIMLAM – Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental e demais sistemas implantados no Estado.



Foto 22: Visita técnica ao Órgão Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais para conhecer o SISEMA NET – Sistema Estadual de Meio Ambiente e demais sistemas existentes no Estado.



Foto 23: Mouse pad e adesivos para o mouse distribuídos na campanha interna.



Foto 24: Campanha interna "De olho no Caburé".

### 3.2.4 Campanha "De Olho no Caburé" com o objetivo de engajar os servidores no processo de construção do SIG Caburé:

Criação e distribuição de material promocional explicando o projeto, conceitos, objetivos e benefícios, e ainda informando o planejamento

elaborado para sua implementação. De forma lúdica, a campanha transformou todos os mouses da CPRH em Corujinhas, mascote que emprestou o nome para batizar o SIG.

### 3.2.5 Definição da identidade visual definitiva do SIG Caburé:

A partir da definição de que a coruja Caburé-de-Pernambuco, espécie endêmica do estado e classificada estatisticamente como extinta, seria a mascote do sistema, foi desenvolvida a identidade visual do sistema.



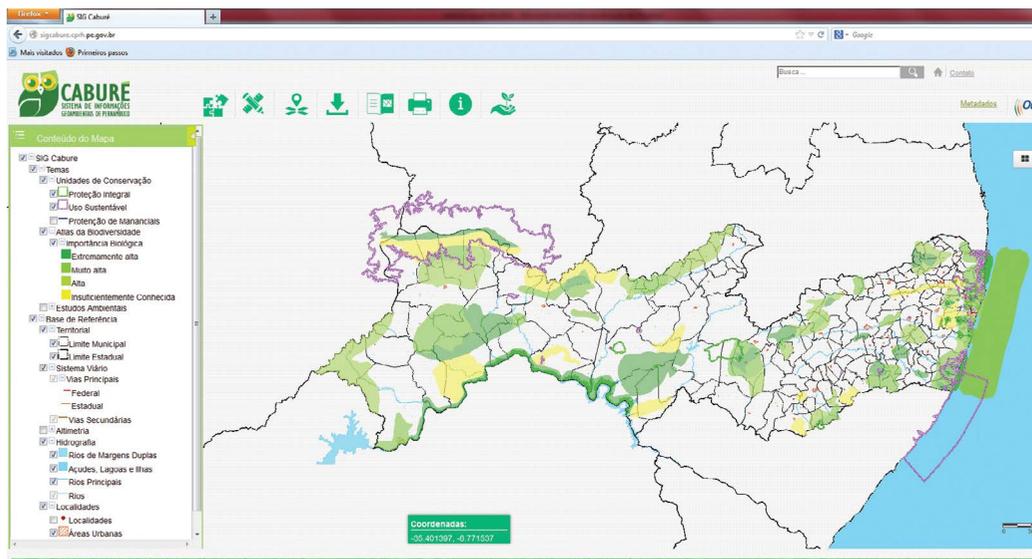
Foto 25: Identidade visual do SIG Caburé.

### 3.2.6 Lançamento de versão-teste do SIG Caburé:

Ainda em fase de testes, a DTA assumiu o risco de disponibilizar, via web, uma versão inicial, para assim poder compartilhar com os usuários e contar com a colaboração de todos no aperfeiçoamento da versão *beta* que tem previsão de ser publicada até o final de 2014.



Tela inicial do sistema na versão-teste.



Tela de análises espaciais com diversas funcionalidades, de desenho e pesquisa de informações.

Para enfrentar o desafio de implementar um projeto tão audacioso num curto espaço de tempo, considerando o pouco acúmulo de conhecimento técnico e o reduzido quadro profissional da diretoria, foi definido um conjunto de ações, com muita criatividade e empenho da equipe técnica, baseado em 3 eixos:

1. Viabilização dos recursos necessários para garantir os meios de implantação do projeto, incluindo a fonte de financiamento, os recursos humanos necessários, a logística a ser empregada, e contratação de consultoria especializada para apoiar a construção do projeto.
2. Sensibilização dos futuros usuários e colaboradores do sistema, engajando-os no processo de desenvolvimento da ferramenta, de forma transparente e participativa.
3. Aquisição de conhecimento técnico e vivência de boas práticas no tocante às experiências de outras entidades e órgãos que possuíssem sistemas / atividades correlatas.

### 3.2.7 Resultados

1. Contratação do Instituto de Tecnologias de Pernambuco - ITEP, para desenvolvimento do Sistema de Informações Geoambientais, incluído sistema web e móvel em duas versões, beta e 1.0, e ainda sua manutenção evolutiva. Prazo total do contrato 36 meses.
2. Capacitação/sensibilização de técnicos de diversos setores da CPRH para o uso de SIG nas ações de controle ambiental.
3. Disponibilização de versão-teste do SIG Caburé na web;
4. Desenvolvimento e entrega dos primeiros produtos do contrato:

- Plano de trabalho apresentando as diretrizes que nortearão o desenvolvimento do SIG Caburé;
- Projeto de interface para o sistema;
- Oficinas de levantamento de requisitos, com técnicos de diversos setores da CPRH;
- Elaboração e desenvolvimento do Atlas Ambiental do Estado de Pernambuco.

### 3.3 Implementação do Plano de gestão e fomento à produção técnico-científica na CPRH

A Unidade de Fomento e Gestão de Projeto – UFGP, dentro das suas competências de promoção da articulação e o apoio ao desenvolvimento de Programas, Projetos e Convênios, a captação de recursos e o fomento à produção e difusão técnico-científica, desenvolveu o Plano de gestão e fomento à produção técnico-científica da CPRH, como projeto estruturador definido no planejamento estratégico da DTA em 2013.

#### 3.3.1 Pesquisa revela que funcionários demonstram vontade de desenvolver novos projetos com objetivo de melhorar as atividades da CPRH

Em pesquisa realizada pela UFGP, com expressiva participação dos funcionários, ressalta a falta de incentivo da CPRH. Foram recebidas 51 sugestões para o desenvolvimento de novos projetos de pesquisa na CPRH, que abrangem diversas áreas da CPRH, demonstrando um interesse de participação.

#### 3.3.2 Lançamento do site WikiProj, como ferramenta de apoio ao fomento e gestão de projetos

Utilizando software colaborativo Mediawiki (mesmo utilizado pela wikipedia) , o WikiProj foi pensado para acesso restrito aos domínios da CPRH, voltado aos funcionários da agência.

O WikiProj traz informações relativas ao desenvolvimento de projetos, tais como editais de financiamento, termos de referência, legislações, contratos, convênios, visando facilitar o acesso à informação.



Foto 26: Marca do WikiProj.



Foto 27: Print da página inicial WikiProj.



Fotos 28 e 29: Materiais de divulgação WikiProj.



O WikiProj facilita a busca e a difusão de informações para contribuir com o fomento de projetos de pesquisa na CPRH.



Para o desenvolvimento do Plano de Gestão e Fomento à Produção Técnico-científica da CPRH, foi definido um conjunto de ações, baseado em 3 linhas estratégicas:

- Avaliação do contexto encontrado naquele momento, relativo aos Projetos Técnico-Científicos em desenvolvimento na CPRH e ao conhecimento dos funcionários sobre estes projetos, assim como demandas de novos projetos e expectativas de participação.
- Criação de uma ferramenta de apoio ao fomento e gestão de projetos, que reunisse informações relativas ao desenvolvimento de projetos, permitindo a colaboração de todos, promovendo assim a produção e difusão colaborativa e inclusiva do conhecimento.
- Criação de mecanismos de apoio e incentivo ao desenvolvimento de projetos técnico-científicos por parte dos funcionários em temas de interesse da agência.

### 3.3.3 Resultados:

#### 1. Elaboração do Diagnóstico dos Projetos Técnico-Científicos em desenvolvimento na CPRH:

- Foram elencadas as ações previstas, o andamento e as dificuldades encontradas em cada projeto, permitindo uma avaliação geral e definição de recomendações para buscar melhorias para o apoio e fomento aos projetos da Agência.
- Verificou-se que a maior parte dos projetos encontra-se em atraso na execução de suas atividades previstas. O gargalo mais pertinente nos projetos é em relação ao processo de licitação para contratação das consultorias e demais objetos dos convênios. A sobrecarga de atividades também foi relatada como dificuldade, tendo em vista a alta demanda das atividades do dia-a-dia da Agência e carência de incentivo para a realização do projeto.

#### 2. Elaboração do Plano de Gestão e fomento à produção técnico-científica da CPRH:

- O Plano detalha as competências da UFGP, apresenta os procedimentos para desenvolvimento de projetos e institui o Programa de Incentivos à Participação dos funcionários em Projetos Técnico-Científicos.

3. Lançamento do site WikiProj, como ferramenta de apoio ao fomento e gestão de projetos.

4. Elaboração de minuta de Lei para a criação do Fundo Especial para o Desenvolvimento Técnico-Científico – FEDTEC, visando o desenvolvimento de pesquisas técnico-científicas pelos servidores/funcionários da CPRH.

- A criação do fundo faz parte das ações contidas no Plano de Gestão e Fomento à Produção Técnico-Científica da CPRH, entre outras como a criação de programa de pós-graduação, a concessão de bônus financeiro para uso em eventos relacionados, e a publicação dos trabalhos em meios científicos.

### 3.4 Apoio a projetos diversos da Agência

Compete à Diretoria Técnica Ambiental – DTA prestar apoio técnico às atividades-fim da CPRH, a partir da gestão de informações ambientais, e do fomento à produção técnico-científica, embasada em um sistema de informações geográficas, para subsidiar a tomada de decisão técnica da Agência, no que tange o controle ambiental e difusão de informações do meio ambiente no Estado para sociedade em geral.

Além das ações de competência direta da Diretoria, a DTA também vem dando suporte e desenvolvendo alguns projetos específicos, em apoio técnico a diversos setores da CPRH.

#### 3.4.1. O projeto básico de arquitetura do Polo Ambiental de Pernambuco

O projeto do Polo Ambiental de Pernambuco visa à implantação do edifício sede de três instituições governamentais ligadas à gestão e ao controle ambiental, A Secretaria Estadual de meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, a Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife – SMAS.

O edifício foi concebido respeitando as premissas de eco eficiência, buscando a sustentabilidade ambiental e social.

A construção terá uma área de aproximadamente 12.400,00 metros quadrados, contendo além dos setores técnico/administrativos das três instituições, um auditório com capacidade para 300 pessoas, uma biblioteca e um restaurante para 200 pessoas.

O edifício abrigará aproximadamente 1.100 pessoas entre dirigentes, técnicos e prestadores de serviço.

Para o desenvolvimento do projeto foi criado um grupo de trabalho interinstitucional, com arquitetos das três instituições, coordenado pela DTA, que ficaram responsáveis pelo desenvolvimento do anteprojeto



Foto 30: Perspectiva esquemática do Polo Ambiental.



Foto 31: Simulação da implantação do Polo em relação ao parque de Santana.

arquitetônico e o assessoramento à elaboração dos projetos executivos, assim como da obra, num momento posterior.

Com essas premissas, o projeto prevê temas como eficiência energética, minimização do consumo e reaproveitamento da água, uso de fontes de energias alternativas, aproveitamento da iluminação e ventilação natural, uso de materiais construtivos com menor pegada ecológica, entre outras, além de princípios da sustentabilidade social, como o conforto e bem-estar dos funcionários, referências culturais locais, etc.



Foto 32 e 33: Visão do "antes e depois" dos vidros da Coordenadoria jurídica.

### 3.4.2. A natureza invade as salas da CPRH

As portas da CPRH viraram painéis e são usadas para divulgação dos biomas pernambucanos. Nesta primeira etapa, foram utilizadas fotos cedidas pelo engenheiro e fotógrafo Aloysio Costa JR, e representam, numa sequência geográfica, a diversidade da paisagem pernambucana.

O projeto "Portas Pra Natureza" foi idealizado visando buscar uma identidade na comunicação visual na CPRH, e ao mesmo tempo permitir uma maior humanização do espaço de trabalho.

## 3.5 Plano de Classificação de Documentos da CPRH e Tabela de Temporalidade

A DTA apoiou a elaboração deste Instrumento de trabalho da Gestão Documental que é uma das ações do projeto de guarda e preservação de documentos, em execução pelo consórcio DOCBRASIL-SINAX.

Trata-se da definição do plano de classificação de documentos e tabela de temporalidade das áreas fim e meio da CPRH.

Com base na Lei nº 8159/91 do Arquivo Nacional, o plano identificou, classificou e estabeleceu os prazos de guarda e a destinação dos documentos, visando garantir a eficácia na recuperação das informações neles contidas e a racionalização de sua preservação.

## 4. Monitoramento, Fiscalização e Proteção da Gestão territorial e Recursos Hídricos: Diretoria de Gestão Territorial e Recursos Hídricos

### 4.1 Programa de monitoramento da qualidade da água

O programa de monitoramento da qualidade da água de reservatórios de Pernambuco é fruto de um convênio entre a Agência Pernambucana de Águas e Clima – APAC e a Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH e abrange o monitoramento de 50 reservatórios com capacidade de acumulação superior a 1.000.000 m<sup>3</sup>. As informações sobre a qualidade das águas obtidas nesse monitoramento visam complementar o levantamento da quantidade da água em reservatórios, atualmente executado pela APAC.

Esse monitoramento está concluído por quatorze bacias hidrográficas e o Canal de Santa Cruz com um total de oitenta e três estações de amostragem.

Os reservatórios são monitorados três vezes ao ano, abrangendo período seco e chuvoso, ao longo

dos 12 meses do ano. Dos 50 reservatórios monitorados, 39 tem como uso prioritário abastecimento público e 11 são utilizados para irrigação.

#### 4.2 Monitoramento das Bacias Hidrográficas do Estado de Pernambuco

Este monitoramento está constituído por quatorze bacias hidrográficas e o Canal de Santa Cruz com um total de oitenta e três estações de amostragem, como indicado no quadro a seguir.

#### 4.3 Monitoramento dos Reservatórios e Mananciais

Este programa é composto de uma rede de 114 (cento e quatorze estações de amostragem) em dezessete bacias hidrográficas

#### 4.4 Monitoramento das Praias de Pernambuco

A rede de amostragem para o monitoramento da qualidade da água das praias para fins de balneabilidade é constituída de 51 (cinquenta e uma) estações de amostragem sendo 47 (quarenta e sete) no litoral de Pernambuco.

Foto 34: Foto panorâmica da praia de Gaibu – sobrevoo realizado em janeiro de 2014.



#### 4.5 Projeto Orla

A Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH, através do Projeto Monitoramento Ambiental Participativo da Orla (MAPA da Orla), iniciou os procedimentos para o mapeamento da Linha de Preamar Máxima de Sizígia Atual. Genericamente, a LPM representa o limite máximo que a maré de sizígia alcança sobre o continente. De acordo com a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro de Pernambuco, lei 14.258/2010, esse limite é usado como base para a definição de uma área *non aedificandi*, com largura mínima de 33 metros, na qual não se permite qualquer tipo de instalações de novas construções, urbanização ou outra forma de utilização do solo.

Visando atender a essa demanda legal, os procedimentos para o levantamento da LPM vêm sendo realizados em vários municípios do litoral. Em suma, o processo consiste em determinar o posicionamento, em coordenadas UTM, dos pontos de contorno da linha de preamar máxima de sizígia, através de GPS geodésico, processamento dos dados e representação cartográfica.

Essas medições já foram realizadas no município da Ilha de Itamaracá e permitirão o teste da metodologia, servindo de piloto para o restante do estado de Pernambuco.

O Projeto MAPA da Orla é coordenado pela CPRH, através do Setor de Monitoramento Ambiental Integrado da Unidade de Gestão Costeira (UGC), e financiado pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), através do Fundo Estadual de Meio Ambiente-FEMA.

#### 4.6 Licenciamentos de Fontes de Energia Limpa

No ano em que, de forma pioneira, o Estado de Pernambuco promoveu o primeiro leilão estadual para geração de energia elétrica solar, com a contratação de 122,82 MW, equivalente a seis vezes mais do que é atualmente produzido no Brasil, a CPRH inaugurou processo avaliatório simplificado, tudo na forma

do marco legal proveniente do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

Tal procedimento possibilitou a expedição de Licenças Ambientais para empreendimentos solares, nos municípios de Tacaratu, Flores, Santa Maria da Boa Vista, Cabo de Santo Agostinho e Joaquim Nabuco. Em Pernambuco já encontram-se instalados uma central fotovoltaica ao lado da Arena Pernambuco e outro no Distrito Estadual de Fernando de Noronha, que irá contar brevemente com uma segunda usina geradora de energia solar.



Foto 35 e 36: Usina Solar Noronha I (à esquerda) | Parque Eólico Fonte dos Ventos em Tacaratu/PE (à direita).

Desta maneira, foram avaliados e licenciados vários empreendimentos utilizando fontes de energia limpa no sertão, agreste e zona da mata do Estado, onde incluem-se os parques eólicos já instalados ou em processo de instalação, situados nos municípios de Macaparana, Gravatá, Tacaratu, Paranatama e Caetés. Essas unidades possuem um potencial de geração de energia de 800 MW.

## 5. A Coordenadoria de Gestão Ambiental da Agência Estadual de Meio Ambiente

A Coordenadoria de Gestão (CGE) é composta pela Unidade de Recursos Humanos (URHU), Unidade de Execução Orçamentária Financeira (UEOF) e pela Unidade de Serviços Administrativos e Gerais (USAG). As atividades desenvolvidas por essa coordenadoria e suas respectivas Unidades, corroboram por viabilizar e otimizar setores essenciais para o gerenciamento interno das atividades da CPRH>



Foto 37: Apresentação dos novos concursados fevereiro de 2013.



Foto 38: I Jornada de Saúde do Trabalhador.

### 5.1 Recursos Humanos: promovendo melhorias para corpo funcional da CPRH

Nos últimos anos, a Unidade de Recursos humanos trabalhou na perspectiva contribuir ainda mais com a qualificação dos colaboradores da CPRH, bem como na melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

O ano de 2011 foi marcado pela realização da I Campanha de Vacinação na CPRH, com a parceria da Unidade de Saúde da Família do bairro Santana no Recife. Visando melhorar os procedimentos da Agência, foi criada a instrução de serviço (001/2011) que regulamenta o procedimento de participação de servidores em eventos. A Unidade de Recursos Humanos coordenou e elaborou minicursos e seminários para capacitar funcionários e servidores da Agência

Na área de estágios, foi criada a portaria para regulamentar o Programa de estágio na CPRH e foi renovado o contrato com o Instituto Evaldo Lodi (IEL) aumentando do número de vagas disponíveis de 45 para 65.

O grande destaque em 2012 foi o início da implantação do Plano de Cargos e Carreiras e Vencimentos – PCCV. Para isso, foram realizadas reuniões com os servidores para definir de forma participativa as atribuições de funções como parte

da primeira etapa de implantação do PCCV. A Unidade de Recursos Humanos da CPRH ainda participou do programa de capacitação em Gestão do Desempenho promovido pela SAD para possibilitar a implantação da terceira etapa do PCCV, foram entregues os primeiros pareceres de avaliação de estágio probatório aos servidores aptos e com três anos de efetivo exercício.

A Unidade de Recursos Humanos realizou atividades comemorativas ao Dia Nacional do Idoso e Dia do Servidor Público, fez visitas técnicas às Unidades Integradas de Gestão Ambiental (UIGAs) e as Unidades de Conservação Ambiental, cujas gestões são de responsabilidade da CPRH, além de ter dado apoio à coordenação de cursos e palestras do Mês do Meio Ambiente.

Em 2013, a URHU fez o treinamento para os novos servidores quanto à Avaliação de Estágio Probatório. Deu-se início da realização da 1ª Etapa de Avaliação de Estágio Probatório e foi feito o enquadramento dos servidores por tempo de serviço público, de acordo com Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da CPRH.

A I Semana de Saúde do Trabalhador da CPRH foi realizada em 2013, com o intuito de fazer com que os servidores e funcionários tenham acesso a temas relacionados à saúde e qualidade de Vida. Com essa iniciativa a URHU pretende fazer com que os colaboradores da CPRH reflitam sobre seu estilo de vida, saúde e alimentação, o que interfere diretamente na vida cotidiana e também no ambiente de trabalho.

O ano de 2014, para a URHU, foi marcado pela avaliação de desempenho GOMAS 2014 (execução e treinamento de servidores), avaliação de Estágio Probatório (2ª Etapa para egressos em 2013), enquadramento por formação e qualificação profissional e pela revisão das atribuições por cargo e função (GOMAS). A URHU também iniciou os encaminhamentos de Processos para percepção de Gratificação de Risco de Vida.

Com relação à II Jornada de Saúde do Trabalhador, a grande novidade de 2014, foi a realização de atividades de ginástica laboral, que propiciou aos colaboradores da CPRH momentos de muita descontração e cuidados com a saúde e o corpo.

Além das atividades já citadas, a URHU promoveu treinamentos para o corpo funcional da CPRH e coordenou e apoiou o curso de Cipeiros.



Foto 39: Coral novo Milênio na comemoração do Dia do Idoso.

### 5.1.2 Principais resultados da Unidade de Recursos Humanos

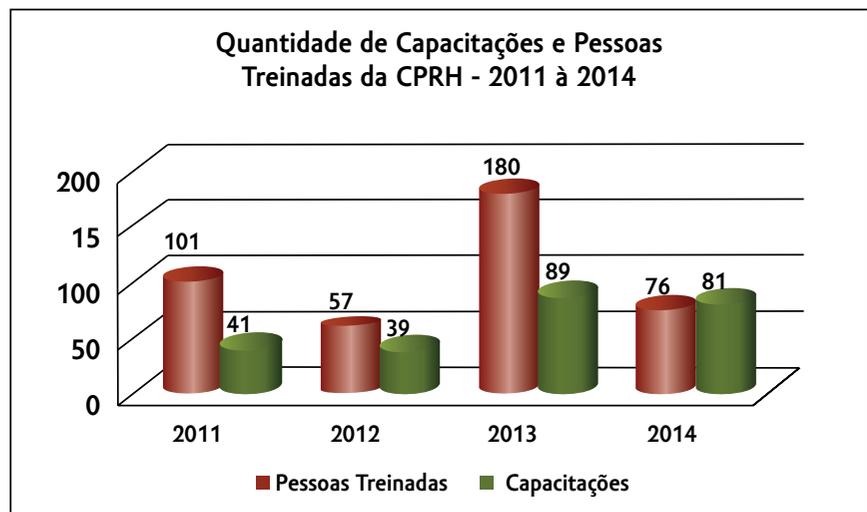


Gráfico 11: Capacitações 2011 -2014.

## 2014:

- Progressão horizontal do PCCV de 100% dos servidores público do quadro efetivo após Avaliação de Desempenho;
- Encaminhamento de 158 processos de servidores para percepção de Gratificação de Risco de Vida;
- Acompanhamento da 2ª da segunda etapa da avaliação de estágio probatório com egresso em 2013

## 2013:

- Conclusão da 1ª da primeira etapa da avaliação de estágio probatório com 100% de servidores aptos com egresso em 2013;
- Com a I jornada da Saúde do Trabalhador os servidores puderam inserir na sua rotina hábitos saudáveis;
- Com a semana dos servidores houve maior integração entre os servidores e valorização dos mesmos;

## 2012:

- Enquadramento de 100% dos servidores na grade de vencimento base dos cargos públicos integrantes do GOMAS, de acordo com Plano de Cargos , Carreiras e Vencimentos da CPRH ;
- Com as visitas técnica foram realizados relatórios para buscar melhorias das Unidades Descentralizadas junto à CGE;
- O objetivo da comemoração do dia do idoso foi sensibilizar os servidores sobre os direitos dos idosos.

## 2011:

- Realização da I Campanha de Vacinação em parceria com a Unidade de Saúde da Família do bairro de Santana no Recife. 143 funcionários e 7 estagiários se vacinaram contra tétano e difteria. Já contra a Hepatite B, 88 funcionários e 7 estagiários foram imunizados.



Foto 40: Ginástica laboral na II Jornada de Saúde do Trabalhador.



Foto 41: I Jornada de Saúde do Trabalhador.



Foto 42: Coral novo Milênio na comemoração do Dia do Idoso.



Foto 43: Campanha de Vacinação na CPRH abril de 2011.

## 5.2 Unidade de Execução Orçamentária Financeira - UEOF

As principais atividades realizadas pela Unidade de Execução Orçamentária E Financeira- UEOF são:

- Lançamento e controle dos atos e fatos administrativos;
- Registro e controle das receitas próprias decorrentes de taxas de licenciamento e/ou fiscalização;
- Registro e controle das despesas orçamentárias e extra orçamentárias;
- Execução das emissões de Notas de Empenho, Notas de Liquidação e Ordens Bancárias para pagamento da despesa;
- Prestação de contas relacionadas ao pagamento da despesa;
- Arquivamento, em ambiente próprio, de toda documentação gerada no processo de execução das despesas;
- Atendimento ao público interno e externo.

### 5.2.1 Principais destaques 2011-2014 - Principais Indicadores e Quantitativos no Período

#### • Quadro Demonstrativo RECEITA x DESPESA

	2011	2012	2013	2014
<b>RECEITA*</b>	13.592.364	15.140.244	16.618.716	12.576.680
<b>DESPESA</b>	8.686.884	10.270.492	12.530.378	7.361.749

Tabela 18: \*FONTE: <http://efisco.sefaz.pe.gov.br>, agosto de 2014. Setor de Contabilidade. Valor desconsiderado as casas decimais.

#### • Quantitativo de Ordens Bancárias geradas e pagas\*

ANO	Quantidade
2011	5953
2012	5207
2013	5401
2014 (até 24/set/2014)	3589

Tabela 19: \*FONTE: <http://efisco.sefaz.pe.gov.br>, setembro de 2014.

#### • Quantitativo de Contratos Assinados com a CPRH

ANO	Quantidade
2011	09
2012	34
2013	32
2014 (até set/2014)	40

Tabela 20: \*FONTE: Setor de contratos, Solange Marina, setembro de 2014.

#### • Quantitativo de Convênios Assinados com a CPRH

ANO	Convênios de Receita	Convênios de Despesas
2011	-	-
2012	01	-
2013	-	01 (Termo de Compensação)
2014 (até set/2014)	-	06 (Termo de Compensação)

Tabela 21: \*FONTE: Setor de Convênios, Marluce Luna, setembro de 2014.

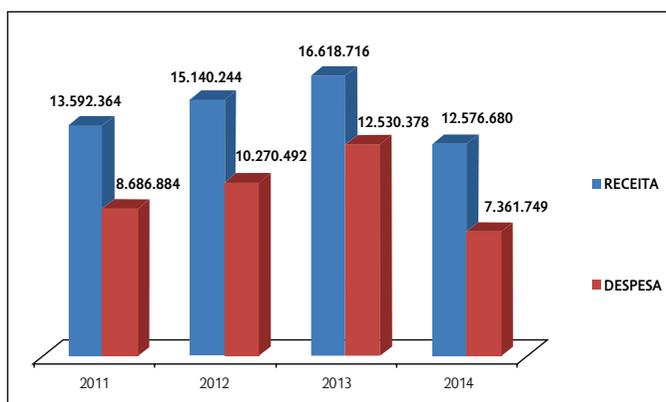


Gráfico 12: Comparativo Receita x Despesa no Período de 01.01.2011 a 31.08.2014.

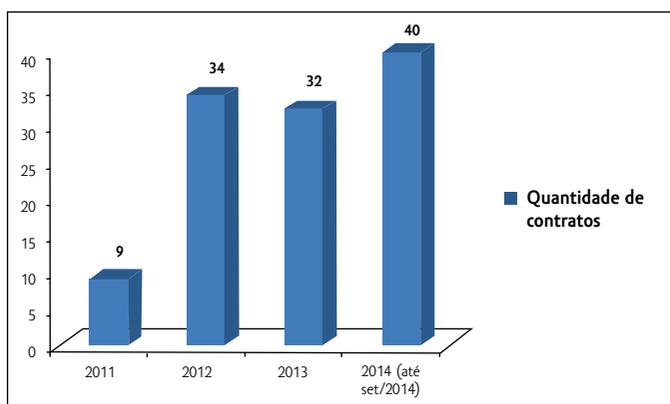


Gráfico 13: Quantitativo de contratos assinados até 15/09/2014.

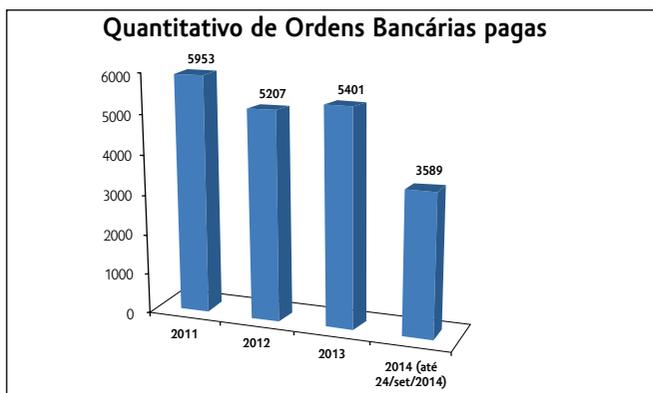


Gráfico 14: Ordens Bancárias pagas de 01.01.2011 até 15/09/2014.

O fluxo documental entre os setores que compõe a Unidade de Execução Orçamentária e Financeira segue rigorosamente as normas e previstas na legislação financeira estadual e parâmetros estabelecidos pela Controladoria Geral do Estado - CGE. Dessa forma, tem-se segurança financeira e jurídica para exercer cada função dentro da normalidade.

Os servidores lotados nas seções subordinadas estão sempre se aperfeiçoando através dos cursos e treinamentos oferecidos pela Secretaria da Fazenda e pelo governo do estado através do CEFOSP. Com isso, o objetivo é sempre atender de maneira satisfatória as demandas internas e externas.

Como resultado, toda a atividade de Execução Orçamentária e Financeira é feita dentro do prazo legal conforme as diretrizes a Lei Orçamentária Anual do Governo do Estado.

### 5.3 Unidade de Serviços Administrativos e Gerais – USAG

#### 5.3.1 Setor de Transportes

As principais realizações de 2011 a 2014 foram:

- A supervisão de transporte realizou palestras e reuniões, ao longo desses quatro anos, com o objetivo de desenvolver ações para melhorar o desempenho operacional dos motoristas, aprimorando e aperfeiçoando seus conhecimentos.
- Houve a troca da frota de veículos locados, por outros novos e com uma potência maior que a anterior, além de adquirirmos mais 3 caminhonetes 4 x 4. Além disso, foram cedidos para a Agência, 3 veículos S-10: 2 pela Secretaria de Meio Ambiente e sustentabilidade – SEMAS, através do projeto de cadastramento rural - CAR; e 1 pela Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos – SRHEs, para atender a unidade de Caruaru UIGA/CARU.

Todas essas iniciativas foram realizadas para operacionalizar de forma eficiente e rápida a gestão de veículos da CPRH, proporcionando um suporte logístico adequado para as atividades de fiscalização, monitoramento, vistoria, denúncias e atividades administrativas.



Foto 44: Frota de veículos utilizados para o cadastro Ambiental Rural.



Foto 45: Nova frota de veículos utilizadas para as atividades da CPRH.

### 5.3.2 Setor de Compras Patrimônio e Almoxarifado

A fim de promover um melhor desempenho das atividades da CPRH, o Setor de Compras, Patrimônio e Almoxarifado- STCA realizou no período 2011/2014 as seguintes atividades:

- Adesões de Atas de Registro de Preços de órgãos das esferas estaduais e federais; solicitações para abertura de processos licitatórios, informando para a CPL os quantitativos, as cotações e as estimativas de preço para os diversos objetos a serem licitados;
- Abertura de processos de doação e de leilão;
- Melhorias na atividade de tombamento de bens permanentes.

### 5.3.3 Setor de Serviços

Nestes quatro anos foram realizadas atividades como:

- Fiscalizar e supervisionar as atividades dos funcionários terceirizados, como Apoio administrativo, Limpeza, Vigilância, Manutenção, Telefonia e Recepção;
- Promover reuniões para aprimorar serviços com as empresas terceirizadas;
- Acompanhar as empresas na realização dos serviços contratados;
- Acompanhar e atestar as contas fixas desta agência, para posterior envio ao pagamento;
- Controlar através de planilhas, os gastos com as contas fixas;
- Renovar licenças de funcionamento das atividades do Laboratório, como Polícia Federal, Corpo de Bombeiros e Exército; Dar assistências aos Postos Avançados - Uigas ( Unidades de Gestão Ambiental) e as Unidades de Conservação da CPRH.
- Realizar as manutenções prediais.

## 6. Avaliação de Impacto Ambiental

O Núcleo de Avaliação de Impacto Ambiental (NAIA), a partir das suas atribuições e competências, no período de 2011 a 2014, desenvolveu as seguintes atividades:

- Realização de análise de processos para definição da necessidade de Estudos Ambientais
- Emissão de Termo de Referência
- Realização de Análise Expedita
- Realização de Análise de Estudos Ambientais
- Realização de vistorias técnicas
- Participação em audiências públicas

### **6.1 Realização de análise de Processos para definição da necessidade de Estudos Ambientais:**

O NAIA procedeu às análises de diversos processos de licenciamento ambiental demandadas pelas Diretorias da CPRH, a respeito da definição da necessidade ou não de estudos ambientais específicos para cada caso.

### **6.2 Emissão de Termo de Referência:**

No período de 2011 a 2014 (02 de outubro), foram elaborados e expedidos 67 Termos de Referência para empreendimentos diversos, sendo 48 para elaboração de EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental, 08 para elaboração de RAP – Relatório Ambiental Preliminar, 08 para elaboração de RAS – Relatório Ambiental Simplificado, 02 para elaboração de Plano de Controle/ Monitoramento Ambiental – PCA/PMA e 01 para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental Complementar/ Relatório de Impacto Ambiental Complementar – EIAC/RIMAc.

Em 2011 foram expedidos 19 TRs, em 2012 foram 26, em 2013 foram 14 e em 2014 foram 08, numa média de quase 17 Termos por ano.

### **6.3 Realização de Análise Expedita:**

No período de 2011 a 2014 (02 de outubro), foram realizadas 28 Análises Expeditas para empreendimentos diversos, sendo 18 de EIA/RIMA, 04 de RAP e 06 de RAS.

Em 2011 foram realizadas 03 Análises Expeditas, em 2012 foram 12, em 2013 foram 13 e em 2014 não foi realizada nenhuma até o momento, fazendo uma média de quase 07 Análises Expeditas por ano.

### **6.4 Realização de Análise de Estudos Ambientais:**

No período de 2011 a 2014 (02 de outubro), foram analisados ou estão em análise 35 Estudos Ambientais de empreendimentos diversos, sendo 24 EIA/RIMA, 03 RAP, 05 RAS, 01 PCA/PMA e 02 EIAC/ RIMAc.

Cabe explicar que a análise de um Estudo Ambiental é uma atividade complexa, que demanda longo tempo, e que é a partir dessa análise que surgirão as condicionantes do licenciamento ambiental. Para tal, é necessário que o Estudo forneça as informações necessárias para o Órgão Ambiental prosseguir com o licenciamento.

Em alguns casos, são necessárias complementações aos Estudos, que podem levar meses para

serem encaminhadas à CPRH, fazendo com que o tempo de análise, previsto para durar entre 60 e 120 dias a depender do tipo do Estudo, se estenda por até mais de um ano. Por isso, é comum uma análise iniciar em um ano e ser concluída no ano seguinte.

O quadro a seguir apresenta os 35 Estudos analisados entre os anos de 2011 (ainda que iniciado em 2010) e 2014, sendo a maioria analisada pelo NAIA, mas, em alguns casos, por equipe de outra Diretoria, com o apoio do Núcleo. Em alguns casos o Estudo não foi aprovado ou o empreendimento foi indeferido, tanto pela inviabilidade ambiental como pela desistência do interessado. Nos casos de desistência, a análise não é concluída, mas sim paralisada no momento da manifestação da desistência.

Nº	EMPREENHIMENTO	TIPO DE ESTUDO	PERÍODO DE ANÁLISE	
			INÍCIO	CONCLUSÃO
01	Implantação e pavimentação da Rodovia de Contorno do Cabo de Santo Agostinho	EIA/RIMA	28/07/2010	17/01/2011
02	Sistema de Esgotamento Sanitário do Loteamento Praia do Paiva e localidade de Itapuama	EIA/RIMA	16/10/2010	04/02/2011
03	Indústria da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev (Filial Pernambuco)	RAS	17/11/2010	14/01/2011
04	Estaleiro PROMAR S/A	EIAc/RIMAc	20/12/2010	01/03/2011
05	Usina Termoeletrica Pernambuco III	RAS	08/02/2011	14/04/2011
06	Estaleiro CONSTRUCAP	EIAc/RIMAc	08/04/2011	17/08/2011
07	Sistema Integrado de Controle de Enchentes da bacia do rio Una - Barragens de Gatos e Panela II	EIA/RIMA	16/06/2011	26/08/2011
08	Terraplenagem do Engenho Terra Rica	PCA/PMA	01/08/2011	15/12/2011
09	Sistema Integrado de Controle de Enchentes da bacia do rio Una - Barragem Serro Azul	EIA/RIMA	27/10/2011	23/12/2011
10	Barragem Engenho Maranhão	EIA/RIMA	02/09/2011	02/02/2012
11	Barragem Barra de Guabiraba	EIA/RIMA	04/10/2011	02/02/2012
12	Sistema Integrado de Controle de Enchentes da bacia do rio Una - Barragem Igarapeba	EIA/RIMA	01/12/2011	05/03/2012
13	Projeto de recuperação da orla marítima (Jaboatão, Recife, Olinda e Paulista)	EIA/RIMA	17/02/2012	19/12/2012
14	Barragem Engenho Pereira	EIA/RIMA	01/03/2012	27/07/2012
15	Central de Tratamento de Resíduos Sólidos - Petrolina	EIA/RIMA	11/04/2012	01/10/2012
16	Cimenteira Santo Antônio	RAP	14/08/2012	14/12/2012
17	Montadora de Automóveis FIAT	EIA/RIMA	04/10/2012	06/12/2012
18	Central de tratamento de resíduos Classes I e II- Ipojuca	EIA/RIMA	01/08/2012	13/06/2013
19	Navegabilidade dos rios Capibaribe e Beberibe	EIA/RIMA	16/08/2012	15/03/2013
20	Companhia Brasileira de Materiais de Construção – CBMC	RAP	15/10/2012	14/06/2013
21	Arco Viário da RMR	EIA/RIMA	17/10/2012	07/01/2014
22	Usinas Termossolares Dr. Miguel Arraes de Alencar I e II	RAS	19/12/2012	30/04/2013
23	Barragem Brejão	EIA/RIMA	14/01/2013	25/03/2013
24	Cervejaria Petrópolis	RAS	21/03/2013	20/05/2013
25	Guadalupe Brasil	EIA/RIMA	03/06/2013	29/07/2013
26	Núcleo Urbano Cidade da Copa	EIA/RIMA	26/02/2013	Em andamento
27	Projeto de Irrigação Pontal Norte	EIA/RIMA	04/07/2013	28/03/2014
28	Complexo Urbanístico Cidade Nova	EIA/RIMA	25/07/2013	26/05/2014
29	LT 500 KV Recife II/Suape II	RAS	06/08/2013	Em andamento
30	Central de Tratamento de Resíduos - Caruaru	EIA/RIMA	22/11/2013	Em andamento
31	Urbanização do Setor Via Parque da Zona Espacial de Conservação Urbana e Ambiental do rio Paratibe	EIA/RIMA	27/02/2014	15/09/2014
32	Barragem São Bento do Una	EIA/RIMA	03/07/2014	10/07/2014
33	Alphaville Pernambuco (expansão)	EIA/RIMA	20/07/2014	Em andamento
34	Loteamento Industrial de Arcoverde	RAP	06/08/2014	Em andamento
35	Arco Rodoviário Metropolitano de Recife – Lote 2	EIA/RIMA	24/08/2014	18/09/2014

Tabela 22: ????

### **6.5 Realização de Vistorias Técnicas:**

As atividades desenvolvidas pelo NAIA sempre requerem a realização de vistorias técnicas. Para a definição da necessidade de estudos ambientais, para a elaboração de Termos de Referência, durante a análise dos estudos, para o atendimento de Consultas Prévias, é necessária a realização de vistoria à área pretendida para a instalação do empreendimento.

Para cada uma dessas atividades o NAIA realizou pelo menos uma vistoria, totalizando, cerca de 120 vistorias entre os anos de 2011 e 2014.

### **6.6 Participação em Audiências Públicas:**

É atribuição do NAIA participar das audiências públicas relativas aos EIAs/RIMAs que encontram-se em análise. Para cada caso é realizado pelo menos um evento. Entre os anos de 2011 e 2014 o NAIA participou de 23 audiências públicas.

### **6.7 Realização de Outras Atividades:**

Além das atividades principais citadas, o NAIA atendeu a outros processos referentes a consultas prévias, solicitação de informações pela população ou outros órgãos, atendimento a demandas dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, etc; atendeu a estudantes e professores de Escolas e Universidades, contribuindo com informações, orientações, esclarecimentos e fornecimento de material para consulta; participou do Comitê de reestruturação e melhorias do SILIA e SILIA WEB; contribuiu com dados para alimentação do Sistema Caburé; participou de Grupos de Trabalho relativos à revisão de legislação, implementação de A3P na Agência, entre outros.

### **6.8 Estruturação da Equipe**

Devido a grande demanda de processos do NAIA, bem como a peculiaridade de suas atribuições, o Núcleo sempre buscou melhor estruturação, no sentido de contar com equipe bem dimensionada e capacitada para realizar suas atividades com mais eficiência, eficácia, agilidade e qualidade.

No início do ano de 2011, o NAIA contava com apenas quatro analistas ambientais, mesmo estando dimensionado para doze profissionais. Entre os anos de 2011 e 2012 essa equipe contou com cinco e, em alguns momentos, seis analistas, o que era insuficiente para a realização das atividades, provocando a necessidade do Núcleo em solicitar profissionais de outros setores para colaborarem com suas demandas.

A partir de 2013 houve uma reestruturação do NAIA com o ingresso de novos analistas, aumentando a equipe para 10 profissionais. No ano de 2014, até essa data, a equipe permanece com esse mesmo quantitativo.

Com essa reestruturação, a Chefia do Núcleo vem realizando capacitações internas constantes com a nova equipe, objetivando o aprimoramento contínuo das atividades realizadas pelo Núcleo.

Em relação à capacitação, em 2011 e em 2014 os analistas do NAIA participaram do curso "Avaliação de Impacto Ambiental", realizado pela Cetesb/SP. Em 2014 alguns analistas participaram dos cursos "Tecnologia de Controle da Poluição do Ar para Material Particulado, Gases, Vapores e Odores e Verificação de Sistemas" e "Legislação Florestal Aplicada", também na Cetesb/SP. Nessas oportunidades foi possível

ampliar os conhecimentos da matéria, a fim de melhorar a qualidade das atividades desenvolvidas.

## 7. Comissão Permanente de Licitação (CPL)

A Comissão Permanente de Licitação primou pelo aperfeiçoamento contínuo dos procedimentos necessários para a contratação de bens e serviços para a Agência CPRH.

Com vistas a dar maior eficiência ao processo de contratação na Agência CPRH, os membros da CPL, tendo como alicerce as várias legislações que regem a contratação pública no Estado de Pernambuco, editou o Procedimento Operacional Padrão da CPL para todas as modalidades de licitações realizadas na autarquia. Utilizando-se da metodologia do "brainstorming" delimitou através de fluxograma, os caminhos percorridos para se efetivar uma contratação neste órgão.

O fluxograma do procedimento é ferramenta adequada para identificar os entraves no processo de contratação na CPRH, e possibilita a correção da "marcha processual" quando a demanda não seguir o caminho correto ou não estiver devidamente instruído pelos setores em que passou.

### 7.1 Destaques 2011-2014

#### 2014:

- Economia de R\$ 190.993,29 nos processos licitatórios gerando um percentual de 19,02% em relação ao valor estimado.
- Elaboração dos Procedimentos Operacionais Padrão – POP das atividades da CPL.
- Implantação do Manual de Qualidade.

2014			
MODALIDADES	QUANT.	VALOR (R\$)	
		Estimado	Homologado/R atificado
Parecer de Dispensa	02	411.600,00	411.600,00
Parecer de Inexigibilidade	01	15.000,00	15.000,00
Pregão Eletrônico	03	577.368,21	386.374,92
<b>TOTAL</b>	<b>06</b>	<b>1.003.968,21</b>	<b>812.974,92</b>
ECONOMIA (R\$)		<b>190.993,29</b>	
Percentual de economia		<b>19,02%</b>	

Tabela 23: Destaques 2014 da CPL.

2013			
MODALIDADES	QUANT.	VALOR (R\$)	
		Estimado	Homologado/R atificado
Concorrência	01	1.038.640,53	990.422,92
Parecer de Dispensa	04	2.793.410,42	2.753.724,42
Parecer de Inexigibilidade	04	83.085,00	83.085,00
Pregão Eletrônico	08	697.307,02	548.344,77
Tomada de Preços	01	513.682,21	513.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>5.126.125,18</b>	<b>4.889.077,11</b>
ECONOMIA (R\$)		<b>236.048,07</b>	
Percentual de economia		<b>4,62%</b>	

Tabela 24: Destaques 2013 da CPL.

#### 2013:

- Economia de R\$ 236.048,07 nos processos homologados gerando um percentual de 4,62% em relação ao valor estimado.
- Implantação do cadastro de licitações no sistema SAGRES-LICON do TCE dando mais agilidade a prestação de contas anual.

2012			
MODALIDADES	QUANT.	VALOR (R\$)	
		Estimado	Homologado/Ratificado
Parecer de Dispensa	02	573.000,00	573.000,00
Parecer de Inexigibilidade	05	62.249,00	62.249,00
Pregão Eletrônico	14	9.285.681,73	8.364.070,04
Pregão Presencial	01	61.048,00	46.450,00
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>9.981.978,73</b>	<b>9.045.769,04</b>
<b>ECONOMIA (R\$)</b>		<b>936.209,69</b>	
<b>Percentual de economia</b>		<b>9,38%</b>	

**2012:**

- Economia de R\$ 936.209,69 nos processos homologados, gerando um percentual de 9,38% em relação ao valor estimado.

Tabela 25: Destaques 2012 da CPL.

**2011:**

- Economia de R\$ 1.464.272,77 nos processos homologados, gerando um percentual de 32,40% em relação ao valor estimado.
- Realização de Pregão Presencial para contratação de serviços contínuos.

2011			
MODALIDADES	QUANT.	VALOR (R\$)	
		Estimado	Homologado/Ratificado
Convite	01	28.826,21	28.197,62
Parecer de Dispensa	07	91.520,56	91.465,85
Parecer de Inexigibilidade	06	130.600,00	130.600,00
Pregão Eletrônico	14	1.961.301,99	569.608,42
Pregão Presencial	04	2.129.671,69	2.096.050,01
Tomada de Preços	01	176.500,00	138.225,78
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>4.518.420,45</b>	<b>3.054.147,68</b>
<b>ECONOMIA (R\$)</b>		<b>1.464.272,77</b>	
<b>Percentual de economia</b>		<b>32,40%</b>	

Tabela 26: Destaques 2011 da CPL.

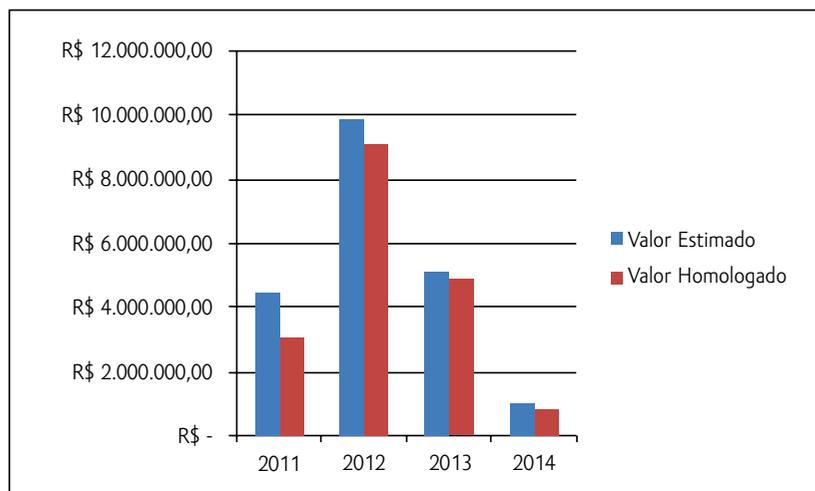


Gráfico 15: Montante de valores licitados na CPL do período 2011/2014.

## 8. Comunicação Social e Educação Ambiental a serviço do meio ambiente

O Núcleo de Comunicação Social e Educação Ambiental da CPRH é responsável pelo atendimento à Imprensa; divulgação de resultados; criação e realização de campanhas institucionais e educativas, criação de textos publicitários, livros, cartilhas e folderes.

Os textos produzidos pela Agência ganharam vida em produções teatrais, contribuindo para disseminação de informações sobre a importância de proteger e conservar os recursos naturais, por meio da sensibilização do público espectador.

A ação educativa ambiental da CPRH consolida, nestes 4 anos (2011 a 2014) de gestão, o seu Programa de Educação Ambiental: Educação Ambiental em Ação, com o objetivo de incentivar e apoiar o processo de reflexões e práticas educativas voltadas para a abordagem das questões ambientais em Pernambuco, a partir de um modelo de gestão ambiental integrado e participativo.

As atividades desenvolvidas se articulam no contexto das seguintes linhas de ação: Educação Ambiental como Instrumento de Ação, atuando na tradução do conhecimento técnico, para facilitar o diálogo entre os setores sociais envolvidos no processo de gestão ambiental desenvolvido pela Agência; Interiorização das Ações de Educação Ambiental, que prioriza as Unidades Integradas de Gestão Ambiental (Uigas) da CPRH, como polos de disseminação das ações; Atuando em Unidades de Conservação, na promoção de atividades de educação ambiental, no âmbito do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Seuc); Produção de Material didático, com a publicação de materiais didáticos contextualizados como instrumento de apoio as ações realizadas; Educação Ambiental Fazendo Arte, que tem o lúdico como referência para trabalhar a esfera da emoção no contexto de um fazer educativo ambiental comprometido com a mudança da relação sociedade/natureza na perspectiva do conhecimento, do sentimento e da ação.

Nesse contexto, publicações específicas da temática ambiental, como cartilhas educativas, manuais técnicos e mapas receberam a atenção merecida. As principais atividades realizadas foram:

### 8. 1. Atendimento à Imprensa

A produção e distribuição de releases para os mais variados veículos de comunicação dividiram a informação ambiental com a população (atividades e resultados recentes da Agência), através da publicação de matérias e entrevistas em jornais, emissoras de rádio e televisão, bem como na Internet e em suas redes sociais.

Os meios que a assessoria mais conseguiu espaço para divulgar as ações da CPRH foram os veículos online e também o jornal impresso. No período de 2011 a 2014 a CPRH atingiu 4.368 (quatro trezentos e sessenta e oito) inserções na mídia, contabilizadas até o dia 04 de dezembro de 2014, provocadas tanto por demandas externas, quanto pelo envio dos releases da assessoria.



Foto 46: Entrevista para a Rede Globo Nordeste.



Foto 47: Coletiva de imprensa sobre o PE no Clima.

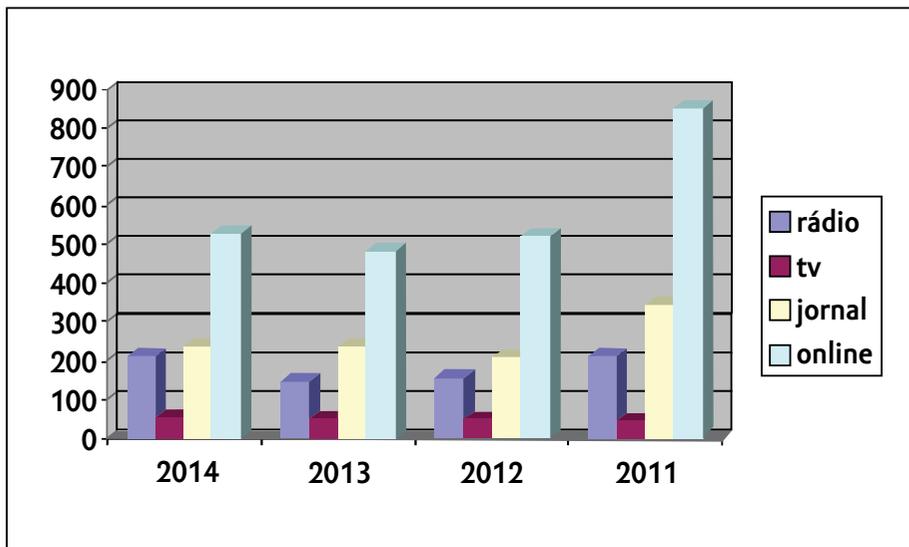


Gráfico 16: CPRH na imprensa.

## 8.2. Novas Ambientais

Essa iniciativa tem como objetivo ser um espaço aberto para a discussão das principais novidades na área de meio ambiente. Esse projeto foi iniciado no ano de 2012 e, desde então estão sendo abordadas as mais diversas temáticas na área ambiental, para o público de servidores da CPRH e também para o público em geral.

ANO	TEMAS
2014	Resultados de Pesquisas realizadas na ESEC Caetés
	Elementos principais na identificação dos Impactos Ambientais de grandes empreendimentos em Pernambuco
	Tratamento de Efluentes Estações Compactas
	Nova Tecnologia Sustentável para Tratamentos de Efluentes
	Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) no Butão e Fogões Agroecológicos
	Geologia e Mineração em Pernambuco: situação atual e perspectivas
	Uso das Geotecnologias como instrumento de apoio na identificação de áreas com potencial para implantação de corredores ecológicos
	Construção de alternativas socioambientais em um mundo neoliberal
	Alternativas para a destinação de resíduos sólidos na cidade do Recife
	Geoprocessamento, conceito e atualidades
2013	Geração de emprego e renda na cadeia produtiva da restauração ecológica
	A produção técnico-científica na CPRH: Novas perspectivas e ações
	Tecnologia Terra Verde para despoluição e remediação de água e solo
	Novo Código Florestal
2012	Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS-PE)
	Projetos de Remediação de Áreas de Lixão
	500 Anos da Cidade do Recife

Tabela 27: Novas Ambientais já realizadas.

## 8.3 Audiências Públicas

Como parte do processo de licenciamento ambiental, as Audiências Públicas constituem-se em um espaço democrático onde a população tem a oportunidade de conhecer, tirar dúvidas e expor suas opiniões sobre projetos que estão em análise no Núcleo de Avaliação de Impacto Ambiental. O Núcleo de Comunicação Social e Educação Ambiental é responsável pela organização e divulgação das audiências públicas realizadas pela CPRH, que conta com equipe de Educação Ambiental à frente do processo de mobilização social.

No período de 2011 a novembro de 2014 a CPRH realizou vinte e três audiências públicas referentes a grandes empreendimentos. Participaram dessas audiências oito mil duzentos e setenta e três.

As audiências realizadas pela CPRH, em sua maioria, foram realizadas a pedido deste órgão ambiental, que identifica a importância da participação popular com relação a projetos de grande impacto ambiental.

2014	Barragem de São Bento do Una Alphaville Pernambuco - Expansão Central de Tratamento de Resíduos – CTR Caruau Projeto de Implantação das Ações Estruturadoras no Setor Via Parque da Zona Especial de Conservação Ambiental do Rio Paratibe (Zecua) no município de Paulista – PE
2013	Projeto de Irrigação Pontal – Área Norte Engenho Trapiche Núcleo Urbano Cidade da Copa Arco Viário Metropolitano (duas audiências) Barragem Brejão
2012	Implantação da Fábrica Automotiva da Fiat Implantação de Central de Tratamento de Resíduos Sólidos - CTR Ipojuca Projeto de Navegabilidade dos rios Capibaribe e Beberibe Implantação de Central de Tratamento de Resíduos Sólidos em Área Rural do município de Petrolina/PE Projeto de recuperação da orla marítima dos municípios de Paulista, Olinda, Recife, Jaboatão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho Barragem Engenho Pereira
2011	Barragem de Igarapeba Barragem Serro Azul Barragem de Barra de Guabiraba Barragem do Rio Ipojuca - Engenho Maranhão Barragens Gatos e Panelas II Estaleiro Construcap Instalação do Estaleiro Promar

Tabela 28: Novas Ambientais já realizadas.



Foto 48: Audiência Pública Alphaville Pernambuco (Expansão).



Foto 49: Audiência Pública sobre a Barragem de São Bento do Una.

#### 8. 4. Contextualização e Interação como referência

Para subsidiar as ações de Educação Ambiental, foram produzidos materiais de apoio didático e informativo, como folders, livretos, cartazes e cartilhas, além de investir na literatura infantojuvenil, com a criação de contos literários, que receberam o selo da CPRH, Cantando e Contando Histórias.

Os materiais didáticos produzidos são utilizados e distribuídos no contexto das ações realizadas. Esses materiais estão também disponíveis para download no portal da CPRH ([www.cprh.pe.gov.br](http://www.cprh.pe.gov.br)).

• Vídeo educativo e vídeo de divulgação do Projeto Verão Ambiental:



Foto 50: Livro Chico e Tortuga distribuído durante as ações de Educação Ambiental.

essa é a nossa praia!

- Cartilha Verão Ambiental: essa é a nossa praia!
- Cartilha Florestas: uma palavra, muitos valores
- Caderno de atividades da coleção Meio Ambiente em Brincadeiras com as seguintes temáticas: Manguezal, Caatinga e Resíduos sólidos;
- Livros de histórias da coleção Contando e Cantando História: "Verdinha vira Vira", "Chico e Tortuga", "Pingo de quê?"; "Das vidas guardadas na mata", "Será que é?" e "Galinha maluquinha",
- Folders: Programa de Educação Ambiental em Ação;
- Programa de Educação Ambiental da CPRH (meio digital);
- Artigos (2) e painéis (2) apresentado em eventos científicos (meio digital).



Foto 52: Circuito Ambiental na Quadra da Creche Beneficente Menino Jesus.



Foto 54: Peça teatral Lata Late?.



Foto 55: Contação de Histórias em Vitória de Santo Antão.



Foto 56: Contação de Histórias na Livraria Cultura, em Recife.



Foto 51: Caderno de atividade "Meio Ambiente em brincadeiras: aprendendo sobre o Manguezal".

## 8. 5. Arte-Educação

### 8.5.1 Teatro ambiental: arte e educação a serviço do meio ambiente

Acreditando no teatro ambiental como forma de oferecer, além da educação para a preservação do meio ambiente, a oportunidade de oportunizar ao público a arte, o Núcleo de Comunicação Social e Educação Ambiental da CPRH aposta no lúdico como facilitador da apreensão da mensagem. Por isso, nos últimos anos, o teatro tornou-se grande aliado na gestão ambiental, contribuindo para a proteção e conservação dos recursos naturais através da sensibilização do público espectador - formado, na maioria das vezes, por crianças e jovens da rede estadual de ensino. Dentre as histórias já encenadas, como é o caso de "E Eu Com Isso?", e "Lata Late?", nos anos de 2011 e 2013 estrearam as peças "Cacá Caranguejo" e "Pé de História", respectivamente.



Foto 53: Peça teatral Cacá Caranguejo.

### 8.5.2 Contação de histórias: onde as histórias ganham vida e ritmo

O lúdico é muito explorado nas ações de educação ambiental da CPRH. As contações de histórias unem o imaginário infantil ao resgate de cantigas populares. A proposta encanta pais e professores, que vêm na atividade de educar para a preservação ambiental também a manutenção e solidificação das tradições e da cultura popular.

Para conquistar o público, o clima de fantasia é favorecido pela ambientação, com o colorido da chita e a inserção de cantigas de domínio público, daquelas ensinadas por nossas avós, que falam em sapo cururu, sabiás engaiolados e nas fontes do Tororó. As histórias trabalhadas nos últimos anos são de autoria da CPRH. Os livros utilizados nas contações foram: Verdinha vira-Vira, Chico e Tortuga, Pingo de quê?, Galinha Maluquinha e Será que é?.

## 8.6. Atividades do Calendário Ambiental e Participação em Eventos

### 8.6.1 Semana da Água

O dia Mundial da Água (22 de março) é comemorado pela CPRH com uma programação composta por diversas atividades lúdicas e educativas. A Agência realiza uma programação voltada para os mais variados públicos, atendendo não apenas a região metropolitana do Recife, mas também municípios do interior do Estado de Pernambuco.

Nos últimos anos foram realizadas atividades em Recife, Caruaru, Nazaré da Mata e em Tamandaré. Dentro da programação aconteceram sessões de contações de histórias, circuito ambiental, encenações da esquete teatral "Água! E Eu com Isso?" e ainda uma aula-passeio pelo Rio Capibaribe a bordo do Catamarã Veneza.

Essas atividades contribuem para a disseminação do conhecimento a respeito da importância da educação ambiental para a preservação e conservação dos recursos hídricos.



Foto 57: Aula-passeio no Catamarã.



Foto 58: Distribuição de Kits nas atividades realizadas no Marco Zero do Recife.



Foto 59: Seminário de Gestores Municipais de Meio Ambiente realizado em Paudalho.



Foto 60: Campanha Madeira Legal.

### 8.6.2 Comemorações ao Dia Mundial do Meio Ambiente

Cursos, palestras, encenações teatrais, seminários, sessões de contação de histórias, circuitos ambientais, participação em estandes e ações de fiscalização foram as atividades escolhidas para as comemorações do dia mundial do Meio Ambiente (5 de junho). O slogan utilizado no período de 2011 a 2014 foi: "Todos pela Sustentabilidade de Todos", a educação ambiental foi o tema principal de todo o trabalho desenvolvido.

A Agência Estadual de Meio ambiente-CPRH primou pela descentralização das atividades, desenvolvendo ações nos mais diversos municípios, promovendo a interiorização das comemorações ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

Em quatro anos receberam atividades comemorativas ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Trinta e cinco municípios, do litoral ao sertão conheceram um pouco mais do trabalho desenvolvido pela CPRH em prol dos cuidados e da preservação com o meio ambiente.

### 8.6.3 Prêmio Vasconcelos Sobrinho

O Prêmio Vasconcelos Sobrinho, criado em 1990 pela Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH, leva o nome de um dos primeiros pernambucanos a lutar pelas causas ambientais no Estado de Pernambuco. Engenheiro agrônomo de profissão e ambientalista por vocação, Vasconcelos Sobrinho, que faleceu em 1989, continua sendo um exemplo a ser lembrado e seguido. Ao promover este concurso, a CPRH



Foto 61: Entrega do Prêmio Vasconcelos Sobrinho 2013.



Foto 62: Entrega do Prêmio Vasconcelos Sobrinho 2014.

### 8.6.4 Fliporto

A Feira Literária Internacional de Pernambuco – Fliporto, evento já consolidado no cenário nacional de literatura, também é espaço para ações educativas da Agência Estadual de Meio Ambiente.

A CPRH, em parceria com a organização da Fliporto realizou diversas atividades voltadas para o público infanto-juvenil que frequentou a Feira Literária nos últimos anos.

As atividades realizadas foram:

- Contação de Histórias: O público da feira participou de sessões de contações de histórias ambientais. O livro utilizado nessa atividade foi “Verdinha Vira-Vira”, que após cada sessão era distribuído ao público presente.

- Lançamento de publicações: A Fliporto ainda foi espaço para o lançamento de duas publicações educativas da CPRH. A Cartilha “Florestas: uma palavra, muitos valores” foi lançada na Feira em 2011 e o livro “Chico e Tortuga” no ano de 2013.

- Circuito ambiental: atividade realizada com o público infanto-juvenil que propõe uma brincadeira de tabuleiro, em tamanho real, onde as crianças são as peças do jogo. A dinâmica da brincadeira gira em torno de perguntas e respostas relacionadas à temática ambiental.

- Lançamento do Vídeo Verão Ambiental: Dentro da programação da feira, em 2012, foi lançado o Vídeo do Verão Ambiental, que é uma ferramenta da educação ambiental utilizada, em especial durante a execução do Projeto “Verão Ambiental: essa é a nossa praia!”. O projeto visa conscientizar a sociedade com relação a preservação e os cuidados que devemos ter com o ambiente litorâneo.

- Encenações Teatrais: Foram encenadas a Esquete “Árvores! E Eu com Isso?” e também a peça teatral “Pé de História”. Além das encenações houve também o cortejo ambiental, onde personagens circulavam pela

quer dar visibilidade aos esforços dos que, assim como Vasconcelos Sobrinho, estão agindo para a melhoria das condições ambientais e da qualidade de vida da população.

Foram vinte e quatro premiados nas mais diversas categorias. Os vencedores do Prêmio foram contemplados com um troféu alusivo à premiação e também com um certificado. A entrega do Prêmio é realizada durante as comemorações do Dia Internacional do Meio Ambiente (5 de junho).



Foto 63: Contação de histórias.



Foto 64: Encenação da Esquete “Água e Eu com Isso?”.

Feira falando da importância e do cuidado para com a preservação do meio ambiente.

### 8.7 Educação Ambiental nas Unidades de Conservação

As ações de educação ambiental em unidades de conservação estão voltadas para apoiar os gestores destas unidades na realização de ações/projetos educativos envolvendo os grupos sociais que interagem direta ou indiretamente com estas unidades. As ações são realizadas na APA de Santa Cruz, na APA de Guadalupe, na Estação Ecológica de Caetés, na Mata da Pimenteira e no Refúgio da Vida Silvestre de Gurjaú. Ao longo destes quatro anos foram realizados cursos, palestras, encenações teatrais, contações de histórias, circuitos ambientais, entre outras. Vale destacar para o lançamento de um edital com o objetivo de contratar serviços na área de educação ambiental. O edital contemplou as quatro primeiras unidades citadas acima e recebeu 16 projetos, que estão em análise.

As ações desta linha de ação estão no contexto da interação com a Unidade de Gestão de Unidades de Conservação - UGUC e com a gestão de cada Unidade de Conservação, nesta direção expõe-se abaixo as atividades desenvolvidas:

- Elaboração e publicação de edital para seleção de projetos de educação ambiental para 4 unidades de conservação
- Participação nas ações do projeto: "Mata Atlântica: estudo, conheço, quero bem!" reuniões/planejamento (9/36), oficinas/cursos (6/84), palestras (8/72), circuitos ambientais (45/1.560) e contações de histórias (15/1320);
- Atividades integradas com as unidades (Apa de Santa Cruz, Apa de Guadalupe, Estação Ecológica de Caetés): reuniões/planejamento (12/70), oficinas/cursos (8/215), palestras (2/65), encenação de peças teatrais (3/340), contação de história (6/280), jogo circuito ambiental (29/1150).

### 8.8 Verão Ambiental: essa é a nossa praia!

Ao longo de cinco anos de ação, os quinze municípios litorâneos (Goiana, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Igarassu, Paulista, Olinda, Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande) foram envolvidos em diferentes ações, na medida de seu interesse e compromisso.

No primeiro ano (2010) foram realizadas 6 oficinas de diagnósticos e planejamento das ações (13 municípios participantes). Nos anos seguintes foram realizadas as ações que integram este relatório de gestão e estão expostas a seguir:

Nos quatro anos (2011 a 2012) de projeto foram realizados:



Foto 65: Atividade de Campo do Curso de Educação Ambiental na APA de Santa Cruz, Ilha Itamaracá.



Foto 66: Contação de História para as crianças do Projeto Tamandaré- Associação Padre Enzo.



Foto 67: Oficina do Projeto Verão Ambiental: essa é a nossa praia! Segunda Edição 2011/2012.

- Ações de planejamento das atividades do verão: a cada ano foram realizadas reuniões/contatos (telefone/email) com todos os municípios envolvidos no projeto;
- Produção de material didático contextualizado: 1 Vídeo Educativo e 1 vídeo de divulgação do Projeto Verão Ambiental: essa é a nossa praia!, 1 Cartilha educativa Verão Ambiental: essa é a nossa praia!, 1 livro de história: Chico e Tortuga, 1 Caderno de atividades Meio Ambiente em Brincadeiras: Manguezal, 1 Caderno de atividades Meio Ambiente em Brincadeiras: Resíduos Sólidos (O material foi distribuído para os atores/setores envolvidos no projeto, no contexto das suas ações e das atividades do projeto e encontra-se exposto para download no site da CPRH.);
- Ações da campanha na relação número de atividade/número de público envolvido: cortejos ambientais (32/45.000), encenações de peças teatrais (15/1.600), contações de histórias (14/580) jogo de conhecimento circuito ambiental (21/630);
- Ações de capacitação na relação número de atividade/número de público envolvido: Curso de formação em Educação Ambiental (7/225); (Oficinas para apresentação dos materiais didáticos produzidos pelo Projeto Verão Ambiental: essa é a nossa praia! (6/325);
- Apresentação de artigo científico no Congresso Nacional de Educação Ambiental: Educação Ambiental para Uso Sustentável do Litoral Pernambucano – Verão Ambiental: essa é a nossa praia!



Foto 68: Cortejo Ambiental na orla das praias de Olinda.

## 9. Coordenadoria Jurídica

A Coordenadoria Jurídica é composta de quatro gerências nas quais se efetivam diversas de suas principais atividades: Unidade de Direito Ambiental (UDAM), Unidade de Direito Administrativo (UDAD), Unidade de Autos e Infrações Ambientais (UAIA) e Unidade de Licenciamento (ULIA).

### 9.1 Siliaweb

Em fevereiro de 2012 foi desenvolvido o SILIAWeb, sistema de licenciamento ambiental eletrônico a distância, com fundamento no art. 11, §3º da Lei Estadual 14.249/2010. O SILIAWeb, destinado aos empreendimentos e atividades classificados como de baixo potencial poluidor, permite que o empreendedor extraia sua licença ambiental pela internet, no sítio eletrônico da CPRH, tornando desnecessário seu comparecimento à Agência para protocolizar seu requerimento e resgatar a licença. O gráfico mostra a evolução na quantidade de licenças emitidas pelo SILIAWeb,

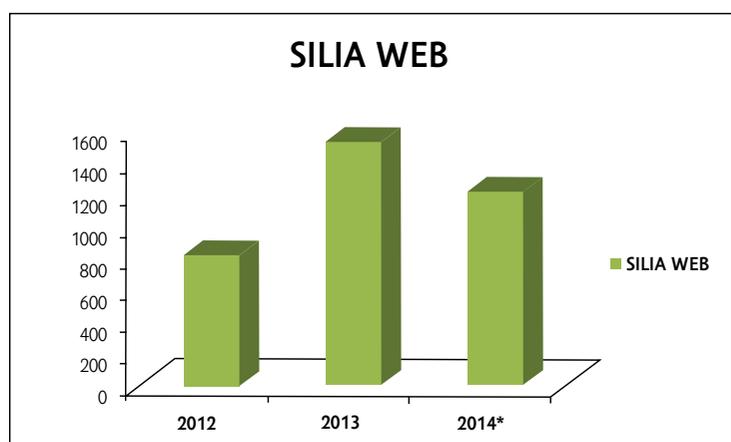


Gráfico 17: Licenças emitidas. Fonte: SILIAWEB. (\*Licenças emitidas até setembro de 2014).

desde sua implantação:

## 9.2 Acordos de cooperação técnica com os municípios

De acordo com o disposto na Constituição Federal sobre a competência comum de todos os entes para promover a proteção do meio ambiente, o Estado de Pernambuco tem instituído estratégias de cooperação com os municípios que o integram, de modo a prestar apoio aos mesmos, no que tange à consecução das atividades inerentes ao seu âmbito de competência. E isso tem sido viabilizado através dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre os municípios interessados e a CPRH, através dos quais esta última fornece apoio técnico aos municípios e disponibiliza o Sistema



Foto 69: Paulo Teixeira, Presidente da CPRH, na assinatura de convênio com o município de Paulista.

Integrado de Licenciamento Ambiental – SILIA.

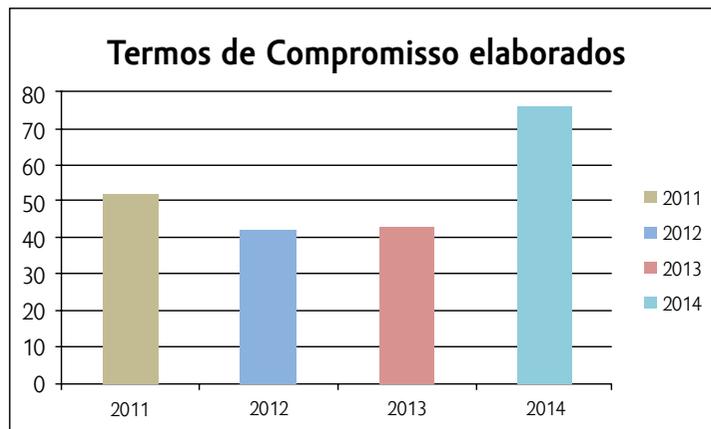


Gráfico 18: Termos de Compromisso elaborados (\*até setembro de 2014)

## 9.3 Termos de compromisso firmados

Os resultados denotam significativo crescimento da quantidade de Termos de Compromisso elaborados pela CJU em 2014. O avanço é resultado da sistematização na elaboração e aprovação dos termos pelos assessores jurídicos da CPRH. O gráfico ao lado ilustra o avanço.

## 9.4 Expedição de Licenças

A ULIA, responsável pela análise e expedição das licenças confeccionadas nas áreas técnicas da CPRH, emitiu 25.326 (vinte e cinco mil trezentos e vinte e seis) licenças entre 2011 e 2014, para empreendimentos localizados em todo o Estado de Pernambuco. O valor corresponde a uma média de aproximadamente 20 licenças emitidas por dia.

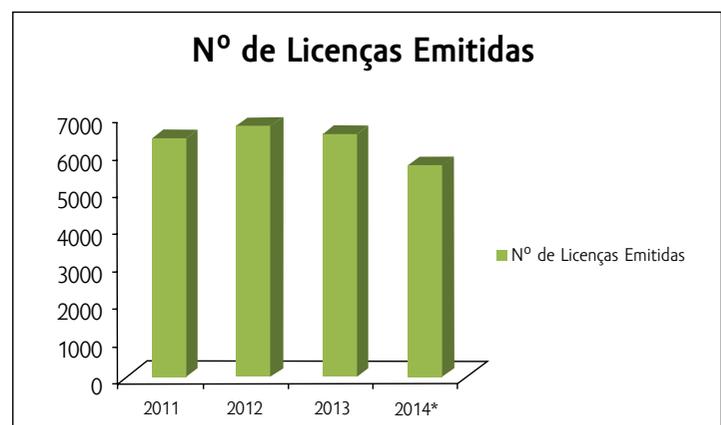


Gráfico 19: Licenças emitidas (\*2014 - até setembro).

## 9.5 Atendimento no protocolo

O protocolo da CPRH, setor integrante da Coordenadoria Jurídica, realizou, em média, 1.310 (mil trezentos e dez) atendimentos por mês, de 2011 a 2013. Em 2014, a média chega 1.323 (mil trezentos e vinte e três) atendimentos mensais. No quadriênio, a quantidade de atendimentos ultrapassa os 59.000 (cinquenta e nove mil) atendimentos.

### 9.6 Quantidade de autuações lavradas pela CPRH e processadas na UAIA

A CPRH intensificou suas atividades de fiscalização e a UAIA tem papel fundamental no processamento dos autos de infração decorrentes dessa atuação. Destarte, verificou-se aumento substancial na quantidade de autos lavrados pela Agência desde 2011, que quase dobrou em relação ao quadriênio anterior, conforme ilustrado abaixo:

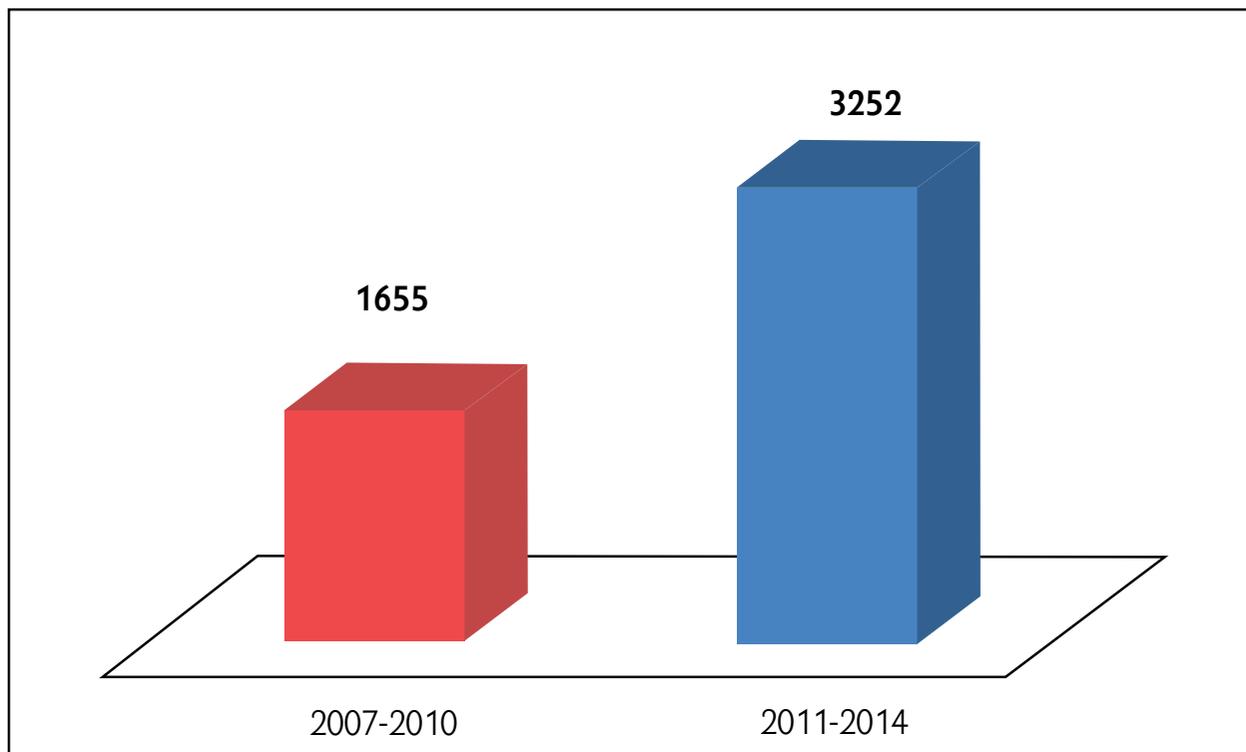


Gráfico 20: Comparativo da quantidade de autos emitidos no período 2007-2010 e no período 2011-2014 (até setembro).

A tabela a seguir ilustra o quantitativo de autos de infração emitidos entre 2011 e 2014:

Tipo de Auto de Infração	2011	2012	2013	2014 (até set/2014)
Multa	881	456	471	281
Advertência por Escrito	179	154	133	115
Suspensão de Atividades	65	43	44	20
Apreensão	152	61	43	38
Demolição	11	3	4	6
Embargo de Obra	3	12	42	23
Suspensão de Vendas ou Fabricação	1	0	0	0
Suspensão ou Cancelamento de Registro, Licença ou Autorização	5	2	2	1
Multa Diária	0	0	0	1

Tabela 28: Autos de infração 2011-2014.

## 10. A Ouvidoria Ambiental

A Ouvidoria Ambiental trabalha para manter-se como canal de comunicação entre o cidadão e o órgão ambiental. Conta com equipe multidisciplinar, formada por Relações Públicas e Técnicos Ambientais. Atua, sobretudo na disseminação da cultura de ouvidoria, como instrumento de gestão e transformação institucional, favorecendo mudanças e ajustes nas atividades e procedimentos da Agência.

### 10.1 Manifestações

Mantendo a característica de um Órgão Ambiental, as denúncias se destacaram em 1º lugar no ranking das manifestações. Os tipos de denúncia mais recorrentes são as de poluição do ar, desmatamento e extração mineral, como se pode identificar nos gráficos 25 a 28.

As emissões das indústrias, dos estabelecimentos comerciais, como restaurantes e pizzarias, e os de serviços, representados pelas serrarias, lava jatos e oficinas automotivas são frequentemente percebidas e denunciadas pela população, registrando nesses últimos 4 anos um total de 217, 130, 219 e 135 (Tabela 26).

O desmatamento em Pernambuco foi representado sobretudo pela supressão em área de Mata Atlântica, com destaque para a apreensão de madeira realizada em Brejão, no ano de 2011 e a de Caruaru, este ano. As denúncias na região de Caatinga estão principalmente relacionadas às carvoarias. Sinalizamos também os crimes promovidos contra a fauna, com 66 registros em 2013 e 85, em 2014 (Tabela 26).

No ano de 2014 foi criada a Unidade de Gerenciamento da Fauna para o atendimento especializado aos animais silvestres, em todo o Estado, inclusive com registro de vários pedidos de resgate e denúncias de criatórios clandestinos de pássaros. Anteriormente esta demanda era atendida pelo Setor Florestal, que apreendeu cerca de 2.100 animais silvestres em 2013.

A terceira mais demandada categoria de denúncia, extração mineral, esteve relacionada principalmente à retirada de areia do leito dos Rios Ipojuca, Una e Capibaribe, assim como também de areiros, o principal deles localizado dentro do Assentamento Umbu, em Igarassu-PE.

A categoria de denúncia, Resíduos/lixão, apresentou uma redução, com 15 registros em 2014, depois de várias autuações das Prefeituras em 2013 e da ostensiva cobrança do Ministério Público, em 2014, para o cumprimento da Lei nº 12.305/2010, referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

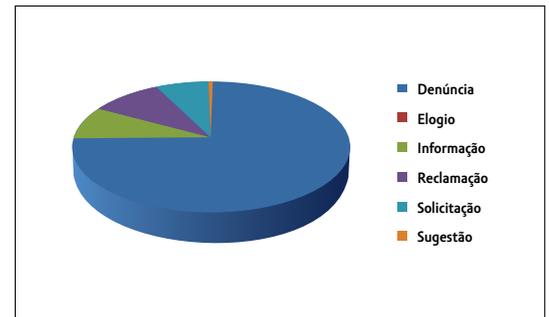


Gráfico 21: Manifestações por natureza 2011.

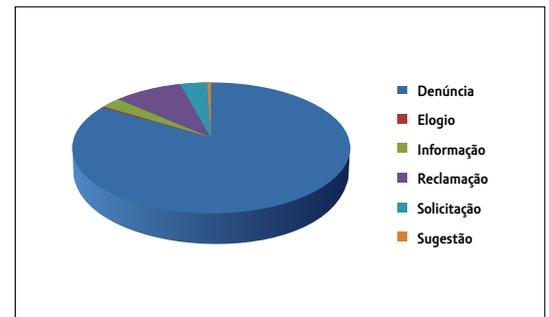


Gráfico 22: Manifestação por natureza 2012.

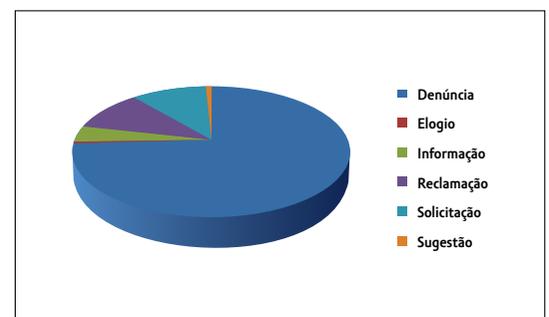


Gráfico 23: Manifestações por natureza 2013.

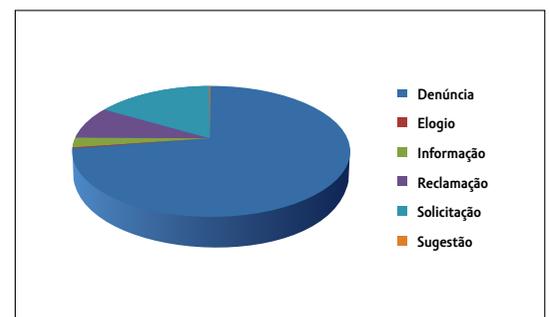


Gráfico 24: Manifestações por natureza 2014.

Avaliando os quatro anos, as reclamações estiveram sempre em segundo lugar no ranking das manifestações. A maior parte esteve relacionada à insatisfação por parte dos empreendedores quanto ao não atendimento telefônico por parte de algumas Unidades (ULI, Protocolo, Siliaweb, Indústria, entre outros), bem como o tempo de espera pela emissão das licenças e autorizações. Em 2014, a redução para 86 reclamações foi fruto de várias mudanças na Agência, dentre elas, a melhor distribuição do atendimento telefônico, o aperfeiçoamento do Siliaweb e a reestruturação do Sítio eletrônico da CPRH.

	ANO	2011	2012	2013	2014
<b>MANIFESTAÇÕES</b>		<b>1335</b>	<b>1232</b>	<b>1522</b>	<b>1038</b>
* SUGESTÃO		9	6	12	2
* ELOGIO		3	4	5	2
* INFORMAÇÃO		102	35	67	28
* RECLAMAÇÃO		104	114	160	86
* SOLICITAÇÃO		78	45	152	166
* DENÚNCIA		<b>1039</b>	<b>1028</b>	<b>1235</b>	<b>754</b>
TIPOS DE DENÚNCIAS:					
POLUIÇÃO DO AR		<b>217</b>	<b>130</b>	<b>219</b>	<b>135</b>
POLUIÇÃO DO SOLO		58	55	36	8
POLUIÇÃO HÍDRICA		114	143	101	44
ATERROS		47	85	69	48
DESMATAMENTOS		<b>189</b>	<b>272</b>	<b>212</b>	<b>145</b>
EXPLORAÇÃO MINERAL		133	86	86	48
CONSTRUÇÃO IRREGULAR		46	21	69	70
SISTEMA IRREGULAR DE ESGOTAMENTO		132	108	75	40
RESÍDUOS / LIXÃO		30	20	49	15
INVASÃO DE ÁREA PÚBLICA *2011/2012 – FAUNA *2013/2014		19	2	<b>66</b>	<b>85</b>
OUTROS		54	90	253	116

Tabela 29: Quantidade de manifestações registradas no período de 2011 a 2014.

## 10.2 Lei de Acesso à Informação

Em 2011 e 2012, os conteúdos dos pedidos de Informação eram sobretudo acerca dos procedimentos de licenciamento. A partir da implementação da Lei Estadual de Acesso à Informação nº 14.804/2012, em 2013, os pedidos passaram a ser formalizados através de formulário próprio, com prazo máximo de resposta em 20 dias. Foram registrados 67 e 28 pedidos de acesso à informação nesses últimos dois anos. A maior parte deles relativos ao atendimento às pesquisas acadêmicas, que solicitam os dados do monitoramento dos corpos hídricos do Estado.

## 10.3 Demanda dos Órgãos Públicos

As solicitações dos órgãos públicos são registradas no Sília e totalizaram nesses quatro anos, 4.521 registros. Boa parte delas foram enviadas pelo Ministério Público, com 760, 587, 548 e 410 ofícios, nos

respectivos anos (Tabela 27). Os Ministérios, tanto o federal quanto o estadual, solicitam frequentemente averiguações de infrações ambientais e agendamento de reuniões e audiências, conforme disposto na Tabela 28.

A demanda estadual oriunda das secretarias representou 212, 363, 396 e 370, respectivamente; as instituições federais, tais como o IBAMA, Codevasf, Ministério da Pesca, ICMBio, Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA e Polícia, totalizaram anualmente e respectivamente, 132, 228, 129 e 66 solicitações; e as Prefeituras, com menor número de demandas, com 82, 89, 90 e 59 ofícios (Tabela 27).

Órgãos Públicos	2011	2012	2013	2014
Federal *	132	228	129	66
Estadual*	212	363	396	370
Ministério Público	760	587	548	410
Municipal	82	89	90	59
<b>TOTAL</b>	<b>1186</b>	<b>1267</b>	<b>1163</b>	<b>905</b>

Tabela 30: solicitações/denúncias enviadas por órgãos públicos no período de 2011 a 2014.\* Exceto Ministério Público.

MPF / MPPE	2011	2012	2013	2014
Reuniões	60	58	19	13
Audiências	54	34	46	56

Tabela 31: Reuniões e audiências solicitadas pelo Ministério Público no período de 2011 a 2014.

## 11. Coordenadoria da Tecnologia da Informação

### 11.1 Implantação, desenvolvimento e suporte do Siliaweb

Em 2011, o processo evoluiu com os primeiros testes para a implantação do Licenciamento Ambiental Eletrônico a Distância, através do portal [www.cprh.pe.gov.br](http://www.cprh.pe.gov.br), para empreendimentos de pequeno potencial poluidor.

Com o serviço, a CPRH passa a ser o primeiro órgão ambiental do Nordeste a utilizar o sistema, promovendo facilidade e conforto ao empreendedor e reduzindo o fluxo de processos na Agência.

Foi iniciado em Abril/2013 o projeto de melhorias no Sistema de Licenciamento Ambiental – SILIA, com o objetivo de se implantar ainda no ano de 2013 novas regras de negócio tanto no Sistema SILIA como no Sistema SILIA Web.

### 11.2 Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

Foi elaborado em 2013 através de consultoria da Empresa Athiva, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI que é um instrumento que possibilita esse planejamento, segundo descreve a Instrução Normativa no 04 (IN 04/2008), da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, considerando para fins de conceito como: "Instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TI que visa a atender as necessidades de informação de um órgão ou entidade para um determinado período".

### **11.3 Aquisição de licenças de antivírus**

A rede corporativa da Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH utilizava antivírus desatualizados que não atendiam de forma adequada a demanda contra a atuação de vírus, cavalos-de-troia, spywares, malwares, programas diversos de códigos maliciosos e proteção contra o vazamento ou perda de dados. Contratou-se, através de adesão à Ata de Registro de Preços, solução corporativa ESET para atender ao atual parque tecnológico

Assim, como resultados obteve-se: redução de praticamente 100% de problemas com infecções; controle maior do ambiente das estações de trabalho e servidores; padronização do ambiente e redução nos chamados de suporte por problemas de vírus.

### **11.4 Renovação do parque de computadores e notebooks com equipamentos alugados**

Foram locados 120 (cento e vinte) computadores, com configuração avançada, para atender a demanda das unidades administrativas que trabalham com processamento de imagens requerendo computadores com maior poder de processamento.

Em seguida foi realizada uma segunda locação de equipamentos, com menor poder de processamento, para atender ao restante dos usuários. Foram distribuídos 280 (duzentos e oitenta) microcomputadores básicos, 04 (quatro) microcomputadores avançados com Linux a serem utilizados pela equipe de suporte de rede no Prédio Sede e 30 (trinta) notebooks a serem utilizados pelos diretores e coordenadores, assim como pelas equipes em campo, nas fiscalizações, e pelas unidades remotas (APAs e UIGAs), dando celeridade ao processo de fiscalização e conseqüentemente arrecadação.

### **11.5 Implantação Service Desk para atendimento de chamados de Suporte Técnico com o Consórcio Servtec**

Foi efetuada a contratação de serviços de teleatendimento de primeiro e segundo nível e com o atendimento de campo, objetivando melhorar o desempenho operacional e de gestão da tecnologia da CPRH, com o melhor controle do atendimento de problemas.

### **11.6 Módulo Queima Controlada**

Foi implantado em 02 de setembro de 2013 o novo módulo de Sistema para o processo de Queima Controlada, que era de responsabilidade do IBAMA, e passou para a responsabilidade da CPRH.

O objetivo deste projeto foi possibilitar ao cliente externo solicitar, via web pela Internet, as autorizações (auto declaratórias) de queima controlada da cana-de-açúcar no período de safra.

### **11.7 Sistema de Licenciamento Ambiental - Silia Desktop, para os municípios**

Foi iniciado em Abril/2013, junto com o projeto de melhorias do Sistema SILIA, o projeto de disponibilização do Sistema SILIA intranet aos Municípios conveniados com a CPRH para licenciamento. Tendo como objetivo, através de acordo de cooperação técnica, disponibilizar o pacote de instalação do

Sistema SILIA intranet para os Municípios que se mostrarem interessados e que estejam com o acordo firmado com esta Agência.

Até o momento, o sistema já foi entregue à Prefeitura da Cidade do Recife. Estão em processo de finalização do Acordo de Cooperação Técnica as Prefeituras do Cabo e Bonito. Foram registrados interesses das Prefeituras de Belo Jardim, Pesqueira, Petrolina, Serra Talhada, Jaboatão dos Guararapes e Ipojuca.

### **11.8 Vistoria Técnica para melhoria na Infraestrutura da CPRH sede e anexos**

Foi realizado em parceria com a ATI e a empresa BASE Outsourcing de Telecom vistoria técnica, nas dependências do CPRH – SEDE, com o objetivo de identificar problemas técnicos nos serviços da Rede Corporativa, como também da sua infraestrutura de Rede Local (LAN) e elétrica.

### **11.9 Novo método de acompanhamento de desenvolvimento utilizando metodologias ágeis (Scrum / Kanban)**

Em Janeiro de 2014 os novos projetos implementados pela Unidade de Sistemas da Informação - USIN, passaram a estar inseridos na metodologia ágil de desenvolvimento de software, em especial SCRUM e KANBAN.

No mercado de TI estas metodologias tem norteado as organizações a melhor utilizarem o seu tempo no desenvolvimento de soluções tecnológicas, para atender em tempo hábil o negócio da organização. A equipe de TI está utilizando o melhor destas orientações para atender às necessidades estratégicas da Agência, com foco na satisfação de todos os envolvidos nas soluções de TI.

### **11.10 Mapeamento dos Processos de Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização**

BPM é a sigla correspondente a Business Process Management, que traduzido para o português significa Gerenciamento de Processos de Negócio. a prática do BPM visa conhecer os processos que são executados afim de medi-los para finalmente gerencia-los e então realizar melhorias e evoluir o processo. Assim em Maio/2013 foi iniciado o projeto de Mapeamento dos processos de Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização com o apoio da Agência Estadual de Tecnologia da Informação - ATI usando BPM.

### **11.11 Módulo baixa automática de Autos de Infração – Sistema Silia**

Em 2013 foi iniciado o levantamento da solução para a automação da baixa do autos de infrações pagos. Em 2014 está sendo implementada a solução com a parceria do setor de Autos desta Agência e da Secretaria da Fazenda – SEFAZ/PE.

### **11.12 Novo Layout do Portal Web CPRH**

Em 02 de Junho de 2014 implementamos o novo layout do Portal WEB da CPRH tendo como solicitante da solução o Núcleo de NCSEA desta Agência.

Após a implantação do novo layout do Portal da CPRH, iniciou-se um estudo da solução para

colocar o Portal no padrão de acessibilidade seguidas pelo Governo. Atualmente estamos trabalhando na implementação deste padrão, com previsão para serem disponibilizadas em meados de 2015.

Com a implantação desta solução a Agência passará a disponibilizar um Portal nos moldes dos padrões de Acessibilidade, ampliando o seu uso àqueles da sociedade que se beneficiarão com os novos ajustes.

### **11.13 Módulo de Diárias – Sistema Silia**

Foi iniciado em 2014 o levantamento da solução para a automação da requisição de Diárias e prestação de contas com a parceria do setor Financeiro desta Agência, com implantação prevista para o mês de dezembro de 2014.

### **11.14 Migração dos dados do antigo Sistema SCP para o Sistema Silia**

Em 2014 foi efetuado o levantamento para eliminar o uso do Sistema SCP (sistema anterior ao SILIA) que ainda não foi desativado, pois ainda possui histórico e processos que estão em uso pela Agência.

A previsão é que em 2015 o SILIA contenha todas as informações dos processos contidos no hoje no Sistema SCP para que o mesmo possa ser desativado.

Com isso será viabilizada a unificação das bases de dados, será desativado o sistema legado sem suporte e haverá a eliminação da dependência dos usuários com a área de TIC para a movimentação dos processos antigos.

### **11.15 Informatização dos Formulários de Licenciamento**

Atualmente os formulários de licenciamento da Agência encontram-se disponibilizados no Portal da CPRH em formato de documento PDF. Com o início deste projeto, iniciado em 2013, os formulários de licenciamento passarão a ser preenchidos totalmente de forma eletrônica em um sistema de formulários disponível no portal da CPRH.

Já foram executadas as atividades de levantamento das necessidades, elaboração da proposta, apresentação à Presidência e Diretores para aprovação. A previsão de implementação é para meados de 2015.

### **11.16 Integração Sistema Silia e Sistema Sig Caburé**

A CTIC iniciou em 2014 o levantamento da solução para integrar o Sistema SIG Caburé e o Sistema SILIA. Foram realizadas reuniões para identificar os momentos de integração, informações a serem transitadas entre os sistemas e a definição da solução webservices para a comunicação entre as plataformas do SIG Caburé e Sistema SILIA.

### **11.17 Integração Portal Nacional de Licenciamento Ambiental e Sistema Silia CPRH**

Com a integração entre os sistemas as informações de licenciamento desta Agência passarão a ser disponibilizadas no Portal Nacional a nível Federal junto com os dados de outros órgãos licenciadores, isto contribuirá nas pesquisas, consultas e análises destas informações pelo público interessado, além disto

acreditamos que este é o passo inicial para uma proximidade maior com o MMA no intuito de desenvolver soluções ambientais Municipais, Estaduais e Federais.

### **11.18 Melhorias na Rede da CPRH Sede, Anexos, Uigas E Uc's**

Durante os anos de 2013 e 2014 foram executadas várias ações para melhorar as atividades diárias desempenhadas pelos funcionários da Agência de forma a melhorar a eficiência e eficácia. Dentre as principais melhorias, destacam-se:

- Substituição dos Desktops da SEDE, UIGAS e UCs;
- Instalação de servidor de Backup no Anexo I;
- Troca do servidor de Firewall (proteção da rede) nos anexos I e II;
- Instalação de Rede Virtual Privada (VPN) entre a Sede e o Anexo I;
- Implementação de solução de rede sem fio (Wireless) corporativa através de contrato de locação do PECONNECTADO;
- Implementação de solução de impressão corporativa através de contrato de locação de mais dezessete impressoras multifuncionais;
- Adição e ampliação de Links Internet para atender a Sede, Anexos, UIGAs e UCs;
- Instalação de servidor para monitoramento de rede;
- Aquisição de licenças de antivírus corporativo;
- Reestruturação do sistema de backup de dados da Sede;
- Mapeamento da infraestrutura de rede da Sede;
- Documentação da infraestrutura de rede das UIGAs e UCs;
- Melhoria na política de segurança de rede;
- Inventário dos equipamentos de rede e softwares;
- Aquisição de softwares de escritório.

## **12. Coordenadoria Técnica: principais ações 2011-2014**

### **12.1 Gestão para edificação do Pólo Ambiental**

Com vistas à construção do Edifício Pólo Ambiental a CPRH instituiu Grupo de Trabalho, especificamente, para gerir os serviços técnicos, com aprovação e atesto dos produtos finais. Nesse sentido foram elaborados os Termos de Referencia visando licitação para contratação dos seguintes serviços:

- Sondagem do Terreno

O documento tem por finalidade estabelecer critérios, procedimentos e fornecer subsídios para a contratação de empresa de engenharia especializada em serviços técnicos na execução de sondagem mista (à percussão e rotativa), com vistas ao dimensionamento das fundações e estruturação física de edificação a qual abrigará o Pólo Ambiental de Pernambuco.

- Gerenciadora

O documento objetiva apresentar as características essenciais para contratação de empresa especializada em serviços de engenharia consultiva para apoio técnico-operacional e gerencial à Agência CPRH, desde as fases de planejamento, projetos e construção, até a entrega definitiva da obra e o início do funcionamento das atividades das instituições que se instalarão no edifício "Polo Ambiental".

- Programa de necessidades

O documento objetiva apresentar as características essenciais para contratação de empresa especializada em serviços de arquitetura para elaboração do **Programa de Necessidades** como subsídio ao projeto arquitetônico do edifício Pólo Ambiental a ser edificado em terreno localizado na Rua Austero Rufino Alves no bairro de Casa Forte na Cidade de Recife, para abrigar as estruturas administrativas da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH e da Diretoria de Meio Ambiente do Município do Recife – DIRMAM.

- Projetos Básicos e Executivos – Arquitetura e Complementares de Engenharia

O documento objetiva apresentar as características essenciais para contratação de empresa especializada para elaboração de Projetos Básicos e Executivos, de arquitetura e complementares de engenharia, necessários para a construção do edifício sede da CPRH, com base nos princípios do edifício bio-climático e da eficiência energética, com vistas à implantação de um "edifício verde" modelo no Estado de Pernambuco.

## **12.2 Monitoramento junto ao Governo, das Metas Prioritárias Do Estado**

Buscando atender em tempo hábil as demandas do Governo do Estado quanto às suas Metas Estratégicas, a CPRH com o apoio da CTE, acompanha as reuniões de monitoramento do Governo do Estado, coletando as demandas de licenciamento ambiental para as obras prioritárias das várias Secretarias de Estado. Acompanhou também o objetivo estratégico "Sustentabilidade", para a compensação Ambiental, tema este de responsabilidade da CPRH.

## **12.3 Monitoramento, junto às Diretorias, das Metas Prioritárias Internas Da CPRH**

A CTE coordenou o monitoramento das ações prioritárias internas da CPRH, junto às suas unidades orgânicas, ações estas que são definidas nas reuniões de diretorias.

## **12.4 Programação Financeira**

Para atender ao planejamento para a programação financeira, a CTE realizou o monitoramento dos projetos em execução na CPRH, junto as áreas responsáveis para sua execução, visando adaptação do "Modelo de Acompanhamento" requerido pelo Governo do Estado.

## **12.5 Plano Plurianual – PPA e Lei Orçamentária Anual – Loa**

A CTE participa, anualmente, das reuniões de trabalho convocadas pela Secretaria de Planejamento e gestão – SEPLAG, para atualizações do PPA e da LOA referente à CPRH. Realiza levantamento interno coletando informações sobre as atividades e projetos em execução e aqueles programados, a serem contemplados no PPA e LOA.

## **12.6 Programação Financeira e Gerenciamento dos Recursos**

Toda a execução orçamentária, financeira, da CPRH é recepcionada no Sistema Corporativo e-fisco, o qual é gerenciado pela Secretaria da Fazenda.

Dentro do orçamento fiscal, a CTE é a Unidade Gestora Coordenadora – UGC, que tem por finalidade gerir o planejamento da execução orçamentária e financeira, provisionar os créditos orçamentários e distribuir a programação financeira para as Unidades Gestoras Executora – UGEs subordinadas.

Neste contexto a CTE realiza o bloqueio e desbloqueio da dotação da reserva orçamentária, ações estas decorrentes dos processos licitatórios para a CPRH. Realiza ainda, diariamente, o acompanhamento dos empenhos da Unidade Gestora Executora – UGE, cuja competência na CPRH esta a cargo da Unidade Financeira – UFIN/UGE. Administra os saldos financeiros rolando-os mensalmente.

Para atender ao planejamento para a programação financeira, a CTE realizou o monitoramento dos projetos em execução na CPRH, junto às áreas responsáveis para sua execução, visando adaptação do "Modelo de Acompanhamento" requerido pelo Governo do Estado.

## **12.7 Apoio às Ações de Planejamento da CPRH e a Semas**

**12.7.1 Apoio à SEMAS** - Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade quanto à resposta ao TCE - Tribunal de Contas do Estado referente aos Projetos Executivos de Arquitetura e Complementares de Engenharia, das obras e ampliação do Parque de Dois Irmãos, elaborado pela Empresa ARQUITETUS.

Por solicitação da SEMAS, o Grupo de Trabalho constituído para construção da sede da CPRH, trabalhou nas alterações do Termo de Referencia das obras e ampliação do Parque de Dois Irmãos e no Termo de Referencia da fiscalizadora desta construção, visando atender as exigências do TCE.

**12.7.2 Fortalecimento da Estrutura Operacional da Unidade Integrada de Gestão Ambiental-UIGA com sede em Petrolina.**

A CTE contribuiu na elaboração Plano de Trabalho para subsidiar Termo de Compromisso a ser

firmado entre a CPRH e a Codevasf – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco para fortalecimento da estrutura operacional da UIGA Petrolina.

- Elaboração do Programa de Necessidades como subsidio ao Projeto de Arquitetura e Ambientação da Sede da UIGA Petrolina;
- Elaboração do Cronograma Físico;
- Elaboração do Cronograma Financeiro;
- Elaboração da Planilha Memória de Cálculo;
- Elaboração do Termo de Referência para Contratação dos Serviços para elaboração do Projeto de Arquitetura e Complementares de Engenharia.

### **12.7.3 Projeto Mapeamento das Áreas de Risco de Acidentes Ambientais com Produtos Químicos Perigosos na RMR – Complexo Industrial Portuário de Suape.**

A CTE participou do levantamento de dados visando cadastramento das empresas que manipulam, transportam, armazenam e comercializam, produtos químicos perigosos.

- Preparação e apoio na convocação das empresas pré-selecionadas para atualização e detalhamento, em formulário, de suas atividades - em processo de novas convocações;
- Apoio e orientação às empresas no processo para inserção de dados atualizados no Aplicativo do Banco de Dados do P2R2 – Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos;
- Apoio e acompanhamento para melhoramento do Sistema P2R2 junto à empresa ITSEMAP.

### **12.7.4 Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar para o Complexo Portuário de Suape.**

A CTE contribuiu no processo de análise para localização da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar e no processo de licitação para contratação de empresa responsável para o dimensionamento da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar.

## **13. Câmara Técnica de Compensação Ambiental**

A Câmara Técnica de Compensação Ambiental é um órgão colegiado, de caráter deliberativo, cuja principal atribuição é definir a aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental de empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental, assim identificado no processo de licenciamento.

### **13.1 Reestruturação da CTCA**

A partir do final do ano de 2012 teve início o processo de fortalecimento da Câmara Técnica de Compensação Ambiental por meio da reestruturação da Secretaria Executiva da CTCA.

### **13.2 Assinatura e Regularização dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental**

Foram negociados recursos na ordem de R\$ 214.802.600,48 regularizando o passivo dos empreendimentos sujeitos à compensação ambiental.

### **13.3 Lançamento de Editais para desenvolvimento de projetos em Unidades de Conservação do Estado de Pernambuco**

No geral 48 instituições submeteram 56 propostas para as 16 chamadas disponibilizadas pelos 4 editais lançados nos anos de 2013 e 2014.

### **13.4 Estratégias**

- Nomeação de componentes para todas as funções da Secretaria Executiva (Secretário Executivo, Advogado, Técnico em Planejamento e Apoio Administrativo).
- Levantamento dos empreendimentos em inadimplência com relação ao pagamento da compensação ambiental.
- Negociação com os empreendedores em situação irregular em relação à Compensação Ambiental.
- Monitoramento conjunto com os setores da CPRH relacionados ao licenciamento de empreendimentos sujeitos à compensação ambiental, para expedição da licença após assinatura dos TCCAS.
- Para efetivar a aplicação dos recursos nas Unidades de Conservação foi utilizada a metodologia de chamamento público para seleção de projetos, o que deu mais celeridade a execução das atividades planejadas como também favoreceu a participação de instituição sem fins lucrativos que desempenham ações de cunho ambiental.

## 13.5 Principais resultados 2011-2014

### 13.5.1 Assinatura e Regularização dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental

2013 – Barragem Morojzinho, ETE Paiva, Barragem Engenho Maranhão, Barragem Engenho Pereira, FIAT, Refinaria Abreu e Lima, Estaleiro Promar, CTR Petrolina, TERMOPE, Estaleiro Atlântico Sul, Barragem Igarapeba, Barragem Barra de Guabiraba e Barragem Brejão, Contorno do Cabo.

2014 – CTR Ipojuca

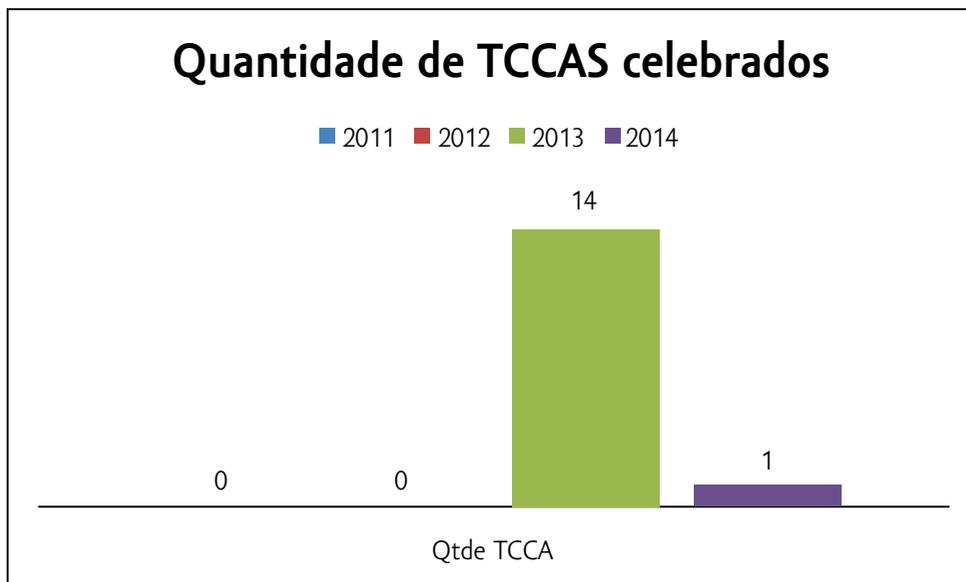


Gráfico 25: Quantidade de TCCAs celebrados ambiental.

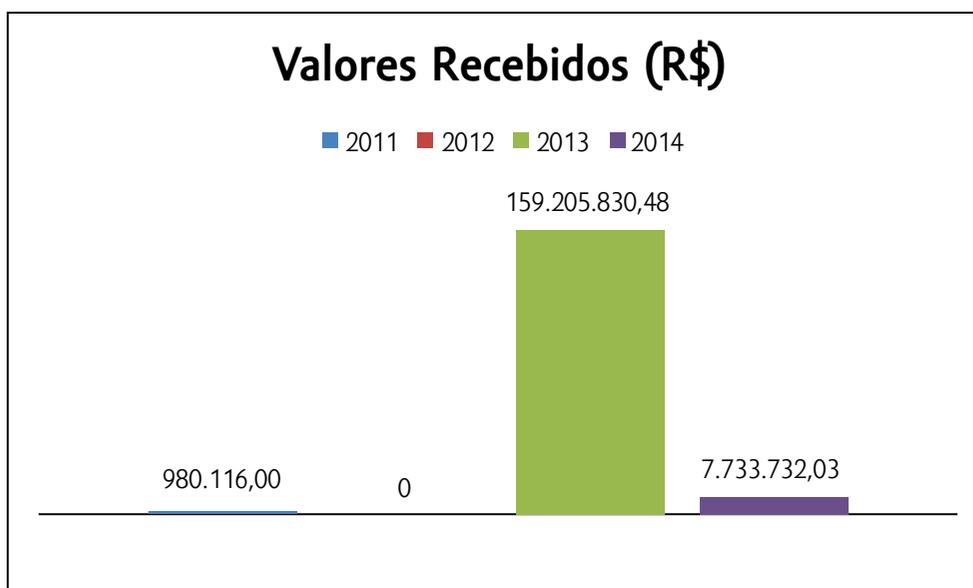


Gráfico 26: Recebimento de R\$ 167.919.678,51 a título de compensação.

### 13.5.2 Projetos realizados com recursos da compensação ambiental

- **2011/2012**

- Elaboração do Plano de Manejo e criação do Conselho Gestor da APA Aldeia Beberibe
- Criação da ESEC Bita e Utinga
- Revisão do Plano de Manejo e Criação do Conselho Gestor da ESEC Caetés

**Valor executado (2012) – R\$ 1.301.672,04**

- **2013**

- Regularização Fundiária da ESEC Bita e Utinga – 1ª Fase

**Valor executado (2013) – R\$ 41.969.103,02**

- **2014**

- Acordo de Cooperação Técnica com a FACEPE
- Desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas de PE – SIG Caburé
- Convênios celebrados:
  - A) Estudos ambientais e socioeconômicos de áreas identificadas como prioritárias para a conservação do bioma Caatinga no Estado de Pernambuco
  - B) Dinâmica de Recomposição de um fragmento de Mata Atlântica na ESEC Caetés: Estudos Ecofisiológicos e Anatômicos
  - C) Construção de um Banco de Áreas Degradadas Visando Iniciativas de Restauração Ecológica das Unidades de Conservação Estaduais de Pernambuco - Biomas Mata Atlântica e Caatinga
  - D) Cadastramento dos moradores e levantamento da situação fundiária dos imóveis existentes no RVS Gurjáú
  - E) Criação da Unidade de Conservação Municipal Serra do Jacaré, Arcoverde - PE
  - F) Planos de Manejo para Unidades de Conservação estratégicas para o Estado de Pernambuco: Zumbi, Duas Lagoas, São João da Várzea e Mata do Curado

– Lançamento Edital CPRH nº 01/2014

Chamadas: Educação Ambiental, Elaboração de Planos de Manejo e Desenvolvimento de Ações para Gestão e Avaliação de Unidades de Conservação Estaduais.

**Valor executado (2014) – R\$ 2.788.922,26**

A sustentabilidade ambiental é um processo contínuo! Por isto, qualquer conclusão é indicativo de que a luta por um ambiente mais equilibrado exige, de todos e de cada um de nós, esforços, dedicações e ações integradas.





**CPRH** Agência  
Estadual de  
Meio Ambiente

Secretaria de  
Meio Ambiente e  
Sustentabilidade

**PERNAMBUCO**  
GOVERNO DO ESTADO